

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática



Dissertação

**O TRABALHADOR SURDO NAS INDÚSTRIAS DE PELOTAS: UMA REFLEXÃO
SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.**

Raquel Massot Siqueira

Pelotas, 2016

RAQUEL MASSOT SIQUEIRA

**O TRABALHO SURDO NAS INDÚSTRIAS DE PELOTAS: UMA REFLEXÃO
SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências e de Matemática.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Duarte Martins

Pelotas, 2016

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S111t Siqueira, Raquel Massot

O trabalhador surdo nas indústrias de Pelotas : uma reflexão sobre a inclusão escolar na Educação de Jovens e Adultos / Raquel Massot Siqueira ; Maria de Fátima Duarte Martins, orientadora. — Pelotas, 2016.

96 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2016.

1. Surdos. 2. Inclusão. 3. Indústria. I. Martins, Maria de Fátima Duarte, orient. II. Título.

CDD : 371.912

Banca Examinadora:

Rita de Cássia Morem Cássio Rodriguez

.....

Síglia Pimentel Hoher Camargo

.....

Madalena Klein

.....

Dedico este trabalho aos meus pais Didi e JC,
pelo apoio irrestrito em todos os momentos da
minha vida. Ao meu noivo Matheus pelo
incentivo, e ao meu irmão Raphael que me
ensinou a falar com as mãos e ouvir com o
coração.

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação de mestrado contou com importantes apoios e incentivos, sem os quais não se teria tornado uma realidade e aos quais serei eternamente grata. Passei por momentos muito difíceis, ao longo desta fase e vocês foram essenciais, portanto merecem e muito meus agradecimentos.

Inicio meus agradecimentos por **DEUS**, já que Ele colocou pessoas tão especiais a meu lado, sem as quais certamente não teria dado conta.

À minha **família** que sempre me incentivou a alcançar caminhos cada vez mais distantes. Aos meus pais, **JC** e **Lucila**, que acreditaram em minha capacidade e me acharam a melhor de todas mesmo não sendo. Isso só me fortaleceu e me fez tentar, não a ser a melhor, mas a fazer o melhor de mim.

Ao meu querido noivo **Matheus**, por ser tão importante em minha vida. Obrigada pela compreensão, nos momentos difíceis, pela paciência em me ouvir e pela alegria contagiante, transformando qualquer dificuldade em grandes risadas.

Aos meus amigos que estiveram ao meu lado, durante este período do Mestrado, pelo companheirismo, força e apoio em certos momentos difíceis. **Amanda Lopes** e **Gabriela Manzke** que me acompanham desde a graduação, vocês são grandes exemplos neste mundo acadêmico. **Odilon Leston Jr**, **Fernanda Lopes** e **Elisa Alves** pelos conselhos e incentivos nos momentos certos.

À minha orientadora Profa. Dra. **Maria de Fátima Duarte Martins** sempre disponível e disposta a ajudar. Fez-me enxergar que existe mais que pesquisadores e resultados por trás de uma dissertação, mas vidas humanas. Obrigada pelo carinho, apoio e, claro, pelos chás com bolinho.

À equipe da **Escola de Ensino Médio SESI Eraldo Giacobbe**, diretores, funcionários e professores. Vocês me apoiaram irrestritamente nesta pesquisa.

À **Comunidade Surda** pelo apoio, incentivo e inspiração.

E, por fim, gostaria de agradecer ao **Programa de Pós - Graduação em Ensino de Ciências e Matemática - Mestrado Profissional** da Universidade Federal de Pelotas por abrirem as portas para que eu pudesse realizar esta dissertação de Mestrado. Proporcionaram mais que a busca de conhecimento técnico científico, mas uma lição de vida.

Ninguém vence sozinho, Obrigada a TODOS!

*“Quando não souberes para onde ir,
olha para trás e sabe pelo menos de onde vens”.*

(Provérbio africano)

*“O respeito à autonomia e à
dignidade de cada um é um
imperativo ético e não um favor que
podemos ou não conceder uns aos
outros. (...) Qualquer discriminação
é imoral e lutar contra ela é um
dever por mais que se reconheça a
força dos condicionamentos a
enfrentar”.*

(Paulo Freire, Pedagogia da Autonomia,
1996).

Resumo

SIQUEIRA, Raquel Massot. **O trabalhador surdo nas indústrias de Pelotas: uma reflexão sobre a inclusão escolar na Educação de Jovens e Adultos.** 2016. 92f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós - Graduação em Ensino de Ciências e Matemática. Universidade de Pelotas. Pelotas.

Esta pesquisa tem como objetivo realizar uma investigação sobre a escolarização dos Trabalhadores Surdos das indústrias, classificadas de grande porte na cidade de Pelotas. A pesquisa delineou-se em um estudo de caráter quantitativo e qualitativo. Procurou-se examinar os documentos das instituições como do SESI, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, da Confederação Nacional das Indústrias e da Escola de Ensino Médio SESI Eraldo Giacobbe SESI. Buscou-se, também, conhecer a história da Educação de Jovens e Adultos no âmbito das indústrias brasileiras, assim como mapear as indústrias filiadas à Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul e identificar o número de trabalhadores surdos das indústrias de Pelotas. Com o intuito de identificar os motivos que levaram os trabalhadores surdos a pararem de estudar, foram realizadas entrevistas semiestruturadas. A entrevista semiestruturada está focalizada em um roteiro com perguntas principais. Esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas. O roteiro serviu, para coletar as informações básicas, como um meio para a pesquisadora se organizar para o processo de interação com o entrevistado. Os motivos que levaram os trabalhadores surdos a pararem de estudar vão, desde a falta de intérprete nas escolas em que estavam inseridos, até a dura jornada de trabalho, que impossibilitava o estudo na escola regular de ensino. Contudo, como produto educacional criou-se um guia para produção de materiais da divulgação da Escola SESI para os trabalhadores surdos das indústrias de Pelotas.

Palavras-chave: Surdos; Inclusão; Indústria.

Abstract

SIQUEIRA, Raquel Massot. **The deaf worker in the industries of Pelotas: a reflexion on the school inclusion of the Youth and Adult Education.** 2016. 92f. Master's dissertation. Postgraduate Program of Science and Mathematics Teaching. University of Pelotas. Pelotas.

This research has the purpose to do an investigation about the Deaf Industry Workers schooling in industries considered large entities in the city of Pelotas. The research was outlined in a quantitative and qualitative study. It was intended to examine the documents of institutions such as SESI, SENAI, National Confederation of Industries and SESI School. It was also aimed to know the history of the Education of Youth and Adult within the Brazilian industries, besides mapping the industries affiliated to the Federation of Industries of Rio Grande do Sul and identifying the number of deaf workers in the industries of Pelotas. Semi-structured interviews were made in order to recognize the reasons that led the deaf workers to stop studying. The semi-structured interview consists of a script with main questions. During this kind of interview information may emerge more freely and the answers are not conditioned to a standardization of alternatives. The script was used to collect the basic information, as a means for the researcher to organize the process of interaction with the interviewee. The reasons that led the deaf workers to stop studying range from the lack of an interpreter in the school where they studied to their hard work routines, which was a big obstacle for them to study in a regular school. However, an education product was created a guide for the production of materials of the SESI School for the deaf workers of the Pelotas industries.

Keywords: Deaf; Inclusion; Industry.

Lista de Figuras

Figura 1	Organograma da Visão geral da CNI.....	23
Figura 2	Organograma da Visão Geral do SESI.....	25
Figura 3	Gráfico da Classificação das Indústrias de Pelotas.....	26
Figura 4	Classificação quanto à receita operacional bruta anual.....	27
Figura 5	Gráfico das áreas de atuação das Microempresas na cidade de Pelotas.....	27
Figura 6	Gráfico das Áreas de atuação das Pequenas Empresas na cidade de Pelotas.....	28
Figura 7	Gráfico das áreas de atuação em empresas de Médio Porte na cidade de Pelotas.....	28
Figura 8	Gráfico das Áreas de atuação em empresas de Grande Porte na cidade de Pelotas.....	29
Figura 9	Tabela das divisões das Indústrias de Transformação.....	30
Figura 10	Tabela Divisões das Indústrias Extrativas.....	30
Figura 11	Fotografia do Núcleo presidente Dutra do SESI no Recife.....	31
Figura 12	Destaque para o aumento da letra no AVEA Moodle.....	36
Figura 13	Divulgação do Programa Incluir.....	37
Figura 14	Divulgação do Programa Incluir.....	38
Figura 15	Imagem ilustrativa quanto aos Parâmetros que constituem os sinais.....	50
Figura 16	Imagem ilustrativa do Alfabeto Manual.....	51
Figura 17	Gráfico das divisões das Indústrias de Grande Porte de acordo com os serviços prestados.....	66
Figura 18	Tabela identificando o número de trabalhadores surdos nas indústrias de Grande Porte na cidade de Pelotas.....	67
Figura 19	Tabela indicando a Primeira Parte do roteiro da entrevista.....	69
Figura 20	Tabela indicando a Segunda Parte do roteiro da entrevista.....	70
Figura 21	Tabela com os dados da Primeira Parte do roteiro.....	72
Figura 22	Reportagem Diário Popular – Falta Intérprete no Pelotense.....	74
Figura 23	Reportagem Diário Popular – Falta Intérprete no Pelotense.....	74
Figura 24	Folder Escola SESI.....	81

Lista de Abreviaturas e Siglas

ASL	Língua Americana de Sinais
AVEA	Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEED	Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul
CIAE	Centro Integrado de Atendimento Especializado
CIERGS	Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul
CINFA	Centro da Indústria Fabril
CM	Configuração de Mão
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNI	Conselho Nacional das Indústrias
DN	Departamento Nacional
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FIERGS	Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo
FENEIDA	Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos
FURG	Universidade Federal de Rio Grande
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
L	Locação da Mão
Libras	Língua Brasileira de Sinais
LSF	Língua de Sinais Francesa
M	Movimento da Mão
MEC	Ministério da Educação
MUCPEL	Museu de História Natural da Universidade Católica de Pelotas
OM	Orientação da Mão
PA	Ponto de Articulação
PDE	Plano do Desenvolvimento da Educação
PNE	Plano Nacional da Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PPGECM	Programa de Pós - Graduação em Ensino de Ciências e Matemática
SESI	Serviço Social da Indústria
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UCPel	Universidade Católica de Pelotas
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
WDF	Federação Mundial de Surdos

SUMÁRIO

Apresentação.....	12
1 A Origem do Estudo.....	14
1.1 Primeiro encontro com o tema.....	14
2 Leituras para compreender o contexto da Pesquisa.....	21
2.1 Conhecendo o contexto da pesquisa e identificando as indústrias de Pelotas	21
2.2 Conhecendo a relação da Educação de Jovens e Adultos ao Serviço Social da Indústria	31
2.3 Políticas de Inclusão da Escola de Ensino Médio SESI Eraldo Giacobbe	35
2.4 O Histórico da Educação de Surdos no mundo e no Brasil.....	39
2.5 A Legislação que aborda o processo de Inclusão no Brasil.....	54
3 Metodologia utilizada na pesquisa.....	60
4 Resultados	65
4.1 As indústrias de Pelotas que participam da pesquisa.....	65
4.2 Entrevistas com os trabalhadores surdos das indústrias de Grande Porte...	68
4.2.1 Motivos que levaram os trabalhadores surdos a pararem de estudar.....	72
4.2.2 Lembranças das disciplinas do currículo, da escola e dos conteúdos de Ciências e/ou Biologia.....	75
4.2.3 Escola para o trabalhador da indústria e concluir o Ensino Médio	78
4.3 Percursos do Aluno Surdo na Escola de Ensino Médio SESI Eraldo Giacobbe.....	82
5 Considerações Finais.....	85
Referências.....	88

Apresentação

Criado em 1946, no estado do Rio Grande do Sul, o Serviço Social da Indústria – SESI tem como objetivo atuar na missão de promover a qualidade de vida do trabalhador e de seus dependentes, com foco em educação, saúde, lazer e segurança do trabalho.

Na cidade de Pelotas, a escola das indústrias é a Escola de Ensino Médio SESI Eraldo Giacobbe, seus alunos são trabalhadores e/ou dependentes das indústrias da região.

A pesquisadora leciona nesta escola as disciplinas de Ciências e Biologia, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA, no qual se busca *incluir o trabalhador surdo das indústrias de Pelotas na Escola de Ensino Médio SESI Eraldo Giacobbe*, sendo este o objetivo da pesquisa do mestrado em Ensino de Ciências e Matemática.

Esta pesquisa foi organizada em capítulos com o intuito de mostrar ao leitor o percurso em que foi construída.

No primeiro capítulo intitulado **“A Origem do Estudo”**, foi descrita a trajetória pessoal e acadêmica da pesquisadora que a mobilizou para a construção desta pesquisa. Teve como subtítulo: “Meu primeiro encontro com o tema”, em que se destaca o envolvimento da pesquisadora com a temática da Cultura Surda, além da sua constituição como docente desde a graduação em Ciências Biológicas na Universidade Católica de Pelotas – UCPel. Perpassou pela Pós-Graduação, no Curso de Especialização em Educação com ênfase no Ensino de Ciências e Matemática na Universidade Federal de Pelotas - UFPel até o presente momento, como professora da Escola SESI.

No segundo capítulo, intitulado **“Leituras para compreender o contexto da pesquisa”**, observam-se conceitos que foram essenciais para a pesquisa, foram exploradas temáticas capazes de subsidiarem os anseios profissionais, fornecendo, assim, o aporte teórico necessário para os objetivos serem alcançados. Neste sentido, a pesquisa girou em torno de temas como a história da EJA, no âmbito das indústrias brasileiras, a história do SESI, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, da Confederação Nacional das Indústrias - CNI e da Escola de Ensino Médio SESI Eraldo Giacobbe, identificando as indústrias de Pelotas. Aborda-se o histórico da Educação de Surdos, no mundo e no Brasil, as denominações do surdo, ao longo da história e, por fim, o processo de Inclusão no Brasil.

O terceiro capítulo com o título **“Metodologia utilizada na pesquisa”** apresenta a metodologia que construí para chegar aos objetivos gerais e específicos da pesquisa.

Mediante a metodologia proposta, descrevem-se todos os resultados obtidos da pesquisa, no quarto capítulo intitulado **“Resultados”**. Os resultados dividem-se em subtítulos como: as indústrias de Pelotas que participam da pesquisa; as entrevistas com os trabalhadores surdos das indústrias de Grande Porte; os motivos que levaram os trabalhadores surdos a pararem de estudar; as lembranças das disciplinas do currículo, da escola e dos conteúdos de Ciências e/ou Biologia; a escola para o trabalhador surdo; a conclusão do Ensino Médio e, por fim, os percursos do Aluno Surdo na Escola de Ensino Médio SESI Eraldo Giacobbe.

No quinto capítulo intitulado **“Considerações Finais”** observam-se as conclusões obtidas neste trabalho de pesquisa.

Por fim, o Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal de Pelotas – UFPel destaca a produção técnica e tecnológica, na área de ensino, entendida como produtos e processos educacionais que possam ser utilizados por professores e outros profissionais, envolvidos com o ensino, em espaços formais e não formais e descreve -se o produto desta pesquisa de Mestrado.

1 A origem do Estudo

Neste capítulo, será descrito de forma breve um relato com as experiências que contribuíram à pesquisadora, como irmã de surdo e como docente apaixonada pelos estudos sobre a Cultura Surda¹, as quais movimentaram - na para o desafio do mestrado, perpassando por algumas experiências pessoais e profissionais. Tais vivências foram de tamanha relevância ao ponto de buscar algumas respostas, busca esta que, certamente, não se esgotará neste trabalho.

1.1. Primeiro encontro com o tema

Quando nasci, em dia 23 de Outubro de 1986, no hospital São Francisco de Paula, na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, meu irmão Raphael Massot Siqueira tinha três anos de idade. Nesta época minha avó paterna começou a suspeitar que meu irmão pudesse ter algum “problema”, pois várias vezes chamava - o e ele não manifestava nenhuma reação. Então minha avó começou a fazer testes caseiros, como, por exemplo, bater panelas, estourar balões e meu irmão continuava sem demonstrar nenhuma reação. Em contrapartida meus pais não queriam aceitar que o filho deles poderia ter algum “problema”, pelo conhecimento da época, achavam impossível que o filho deles fosse surdo.

¹ Este é um termo que está sendo muito questionado e problematizado. Cultura Surda abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos da comunidade Surda.

Certo dia, meu pai chegou em casa e meu irmão estava na janela de costas para a porta, olhando o movimento na rua. Com o vento, a porta bateu com muita força e, mais uma vez, o “Rapha” não demonstrou nenhuma reação. Foi essa situação que desencadeou nos meus pais a necessidade de levá-lo para fazer exames. Até então neles existia a dificuldade em aceitar a possibilidade de um filho com surdez.

Contudo meus pais começaram a desconfiar de que o Raphael podia ser uma criança especial. Depois de muitas viagens para Porto Alegre, pois, em Pelotas, não havia médicos com conhecimentos avançados, meu irmão foi diagnosticado com Hipoacusia Neurosensorial Profunda Bilateral, ou seja, surdez profunda. Na época da gestação da minha mãe, nenhum médico diagnosticou alguma doença que pudesse causar surdez, porém minha mãe, a partir desse fato, desconfiou que pudesse ter tido Rubéola apesar de não ter sido detectada.

Acompanhei toda a história, atravessada por dificuldades, que os meus pais tiveram em alfabetizar meu irmão. Os primeiros anos escolares foram na Escola Especial Professor Alfredo Dub, situada na Rua Zola Amaro, 379 na cidade de Pelotas. O Rapha, sem necessidade, ficou cinco anos na primeira série, pois os conteúdos, na época, eram divididos em cinco etapas e a escola não utilizava a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Lembro que minha mãe formou um grupo de pais que custearam a vinda de uma pessoa de Santa Maria para ensinar-lhe Libras e somente depois a escola mostrou interesse em aprender a língua de sinais.

A Escola Especial Professor Alfredo Dub era a única na época que atendia alunos surdos na região Sul do estado. Hoje, é uma escola específica para alunos surdos e atende alunos oriundos de Pelotas, Turuçu, Rio Grande, Piratini, Pedro Osório, Capão do Leão, Arroio Grande, Pinheiro Machado, São Lourenço do Sul, Canguçu e Morro Redondo. Na Escola Especial Professor Alfredo Dub, os alunos são atendidos desde a Estimulação Precoce até 9º ano do Ensino Fundamental. Pela tipicidade dos alunos, além do currículo regular, são oferecidas aulas de Línguas de Sinais, Estimulação à Linguagem, Informática, Hora do Conto e Apoio Pedagógico.

Na escola, também, funciona o Centro Integrado de Atendimento Especializado – CIAE, cujos alunos da rede regular de ensino e da escola, que apresentam dificuldade de aprendizagem e transtornos de conduta e emoções, recebem, no turno inverso, atendimentos especializados em apoio pedagógico, neuropediatria, psicologia, fonoaudiologia e serviço social.

Recordo-me das conversas entre meu irmão e minha mãe, “aqueles gestos” aguçavam minha imaginação e me encantavam. Para falar com o Raphael eu tinha que aprender os “tais gestos”. Lembro-me dele ensinando-me as primeiras palavras em Libras e, quando não o compreendia, as mímicas davam conta. Portanto, cresci no meio de duas línguas, o Português e a Língua de Sinais.

Da Pré-Escola até o Terceiro Ano do Ensino Médio, estudei no Colégio Gonzaga, uma escola particular da cidade de Pelotas. Deste período, recordo-me que ensinava, para meus colegas o alfabeto manual², pois, assim, quando tinha prova, era mais fácil a comunicação sem que a professora nos ouvisse. Outro fato de que me recordo é que, na primeira série do Ensino Fundamental, sempre exibia, para meus colegas, que eu tinha irmão surdo, sendo assim me considerava melhor que eles. Portanto, naquelas provocações de criança, meu irmão era o meu maior orgulho.

Minha vida acadêmica, no ensino superior, começou no ano de 2005, no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, na UCPEL. Optei pelo curso, primeiramente, por se tratar de uma licenciatura e frisar muito o ensino das Práticas Pedagógicas; segundo, por gostar de todos os seres vivos, pelo fato de, desde pequena, ir para a fazenda da minha prima em Pedras Altas/RS e, terceiro, por relacionar o corpo humano com o corpo de outros animais. Sendo assim, estes motivos me levaram a escolher o curso de Ciências Biológicas.

No início da faculdade, fiz um estágio voluntário no Laboratório de Genética, participando de pesquisas em projetos de Genotoxicidade - analisando as células da mucosa oral de trabalhadores, sapateiros, expostos a produtos tóxicos. Percebi que ficar sentada atrás de um microscópio, analisando células, não era o que eu gostava de fazer, à vista disso, acabei saindo deste estágio e fui à procura de experiências em outras áreas.

² O alfabeto manual permite soletrar palavras específicas, cada configuração de mão, ou seja, a posição dos dedos da mão corresponde a uma letra do alfabeto.

No ano seguinte, fiz um estágio no Museu de História Natural da UCPel - MUCPel, no qual minha função principal era Taxidermar³ os animais. Este estágio foi muito válido, para minha vida acadêmica e profissional, pois me aprofundei em áreas como a Zoologia, a Morfologia e a Anatomia dos animais.

Por se tratar de um curso de licenciatura, era preciso ter, no currículo, o estágio no ensino fundamental e no ensino médio, desse modo, no ano de 2007, tive minha primeira experiência em sala de aula; fui professora de Ciências durante um trimestre da sexta série do Colégio Ginásio do Areal. Neste estágio, pude experimentar com os meus alunos tudo o que havia aprendido no Laboratório de Genética, no MUCPel e nas disciplinas da faculdade. Foi uma experiência gratificante, pois percebi que fiz a escolha certa.

Decidida a ir para a área da Educação, idealizei junto com a minha turma, no início de 2007, um projeto chamado: BioAção: Problema Global, Ação Local. Inicialmente foram estipulados cinco temas para serem trabalhados, na sala de aula, nas escolas e na comunidade; os temas eram: Aquecimento Global, Biodiversidade, Resíduos, Petróleo e Água. Estas temáticas foram desenvolvidas, para alunos da rede regular de Pelotas, mas também estavam adaptadas para alunos cegos e/ou surdos, pois a preocupação com os alunos especiais tem muito a ver comigo, com o que me constitui e com o que me afeta, no sentido de afeto, carinho e dedicação.

Particularmente esse projeto mostrou que temos que cuidar do nosso planeta e nada melhor que nossas crianças e nossos alunos, para ensinar o aprendido aos mais velhos, para termos, assim, uma vida mais saudável repleta de atitudes corretas e sustentáveis. Logo, assumi o projeto e comecei a publicá-lo e apresentá-lo, realizando palestras e participando de eventos. Preocupada com o uso excessivo e indevido das sacolas plásticas, acrescentei esta temática ao BioAção, confeccionei junto com a minha turma sacolas de tecido, publicando o trabalho no 17º Congresso de Iniciação Científica da UCPel (2008) e divulgando esta temática para todo o curso de Ciências Biológicas daquela universidade, chamando a atenção de todos da universidade e da imprensa local.

³ Arte de montar ou reproduzir animais para exibição ou estudo, é uma técnica de preservação da pele e formato do animal.

Concluí, em 2008, o estágio no ensino médio, no qual fui professora de Biologia no Colégio Municipal Pelotense, durante um trimestre de uma turma de terceiro ano, ou seja, alunos que iriam prestar vestibular. Portanto a minha responsabilidade era enorme e fiz de tudo para que meus alunos compreendessem o mundo magnífico e curioso da Biologia.

Para obter o título de Licenciada em Ciências Biológicas era necessário fazer o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Estava decidida que seria na área da Educação, mas, ainda, não sabia o tema. Passei muitos dias pesquisando, analisando o que iria abordar no TCC. Até que, em um final de semana, conversando com meu irmão, veio em minha mente a pergunta: Por que não realizar o trabalho com crianças especiais? Mais, especificamente, os surdos?

Depois de decidir a área e o tema, fui falar com minha professora e orientadora, Adriana Silva Galho, a qual me deu um grande apoio e incentivo para fazer meu TCC nesta linha. Meu Trabalho de Conclusão de Curso teve como título: *A Prática Pedagógica através de Oficinas Ecológicas propondo mudanças na Escola Especial Professor Alfredo Dub*. Fiquei fascinada pelos alunos da escola e, principalmente, pelos meus alunos, os quais demonstraram interesse pelo ensino de ciências. E a necessidade especial deles não os impediu de irem atrás do conhecimento, muito pelo contrário, ficaram encantados com as oficinas, tais como: confecção de uma sacola de presente feita de caixas de leite; confecção do porta-lápis; entre outras.

Como resultado desse trabalho, atuei como professora voluntária da Escola Especial Professor Alfredo Dub, no período de cinco meses, nos quais uma vez por semana, durante uma hora, ensinava e também aprendia com os alunos sobre a temática Educação Ambiental. Contudo resolvi me qualificar e estudar mais sobre Libras e, no ano de 2009, cursei o Curso de Libras: Básico, Intermediário e o Avançado oferecido pela Secretaria Municipal de Educação de Pelotas.

No segundo semestre de 2009, optei por fazer o curso de Pós - Graduação Lato Sensu - Especialização em Educação com ênfase no Ensino de Ciências e Matemática da UFPel. Cursei as disciplinas de: Profissão Docente; História, Filosofia e Sociologia da Ciência; Didática e Prática de Ensino de Ciências e Matemática; Teorias Curriculares; Teorias de

Aprendizagem e Metodologia para o Ensino de Ciências e Matemática. Estas disciplinas me ajudaram, teoricamente, na construção do trabalho final que se tratava de um projeto de ensino e, posteriormente, de uma monografia.

Durante o período que cursei a Especialização, sempre tive como desejo voltar a estudar com sujeitos surdos, no entanto, durante um ano, fiquei afastada desse sonho, porém mobilizada pelo desejo e pelas experiências que estava vivendo, fui em direção ao que acreditava ser o que me apaixonava.

No decorrer do ano de 2010, percebi que era importante escrever sobre o que estava estudando na especialização, movida por relatar as experiências e pela necessidade de qualificar meu currículo para uma futura seleção de mestrado. Fui selecionada como Aluna Especial do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal de Rio Grande – FURG, onde cursei as disciplinas: Teorias da Aprendizagem e Processos Cognitivos na Educação em Ciências, com o professor João Alberto da Silva; e Teorias da Educação, com o professor Vilmar Alves Pereira e posteriormente: As Implicações Epistemológicas dos Estudos em Neurociências relacionadas à Aprendizagem, publicando trabalhos nos eventos da região sobre Educação.

Na última disciplina da Especialização, conheci a Professora Dra. Denise Nascimento Silveira, com a qual logo me identifiquei pelo seu trabalho e a escolhi para ser minha orientadora. Tive a sorte de, também, ser escolhida e iniciou-se, então, a última tarefa do curso: o relatório final. A professora Denise Silveira me incentivou a trabalhar novamente com os surdos. Outra vez a Escola Especial Professor Alfredo Dub abriu suas portas e me deu a oportunidade de desenvolver meu trabalho de ensino em Educação e com os surdos, intitulado como *“Um olhar nos estudos surdos para o ensino de Ciências: uma experiência sobre Peixes, Anfíbios e Répteis”*.

Decidida a seguir meus estudos, na Cultura Surda, tentei por duas vezes entrar em um programa de mestrado, mas somente no ano de 2014/1 ingressei no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática Mestrado Profissional – PPGECM, na UFPel, com orientação da Professora Doutora Maria de Fátima Duarte Martins.

Atualmente leciono na Escola de Ensino Médio SESI Eraldo Giacobbe e tenho como desafio principal tentar expressar, problematizar e trazer para a

reflexão, dentro do espaço acadêmico, por meio desta dissertação de Mestrado, a Educação Especial, Inclusiva e Bilíngue vistas a partir do meu cotidiano de trabalho.

2 Leituras para compreender o contexto da pesquisa

Descrevem-se neste capítulo o contexto empírico e as concepções teóricas que embasaram esta pesquisa de dissertação de mestrado.

Por meio da leitura de documentos, sites oficiais, livros, apresentam-se a Confederação Nacional das Indústrias – CNI e o Serviço Social da Indústria – SESI, a fim de compreender o contexto em que este trabalho está inserido, bem como identificar as indústrias de Pelotas, para, assim, especificar, nos resultados desta pesquisa, quais foram as indústrias que participaram do estudo. Em seguida, relaciona-se a Educação de Jovens e Adultos – EJA ao Serviço Social da Indústria, caracterizando a escola das indústrias de Pelotas. Ressaltam-se as políticas de inclusão da Escola de Ensino Médio SESI Eraldo Giacobbe.

Posteriormente resgata-se o histórico da Educação de Surdos no mundo e no Brasil. Observa-se o início da Língua Brasileira de Sinais – Libras e as denominações do surdo ao longo da história.

Para finalizar aborda-se, brevemente, a legislação do processo de inclusão no Brasil.

2.1 Conhecendo o contexto da pesquisa e identificando as indústrias de Pelotas.

O Serviço Social da Indústria é administrado pela Confederação Nacional da Indústria - CNI. A CNI foi criada, em 12 de agosto de 1938, como entidade máxima de representação do setor industrial brasileiro; assim, coordena um Sistema formado pelas 27 Federações de Indústrias dos Estados e do Distrito Federal.

A CNI, também administra o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI e o Instituto Euvaldo Lodi - IEL.

Com o desafio de ajudar o Brasil a superar os problemas decorrentes da Segunda Guerra Mundial, nasceu a CNI; naquela época contribuiu ao país elaborando estudos sobre o planejamento das atividades produtivas, a defesa do trabalho e o reequipamento do parque manufatureiro.

Preocupada com a formação da mão de obra, para a indústria brasileira, criou, em 1942, o SENAI e, em 1946, o SESI, formando um sistema capaz de promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil e, mais tarde, em 1969, veio a se somar o IEL.

Somente a partir de 1988 a CNI passou a se preocupar com a competitividade do produto brasileiro, a inserção das empresas no mercado internacional e a redução do Custo Brasil⁴.

Hoje a Confederação Nacional da Indústria defende as reformas institucionais, para que a economia brasileira cresça de forma sustentada, competitiva, inovadora e com alta produtividade.

Na busca de soluções, que contribuem para o desenvolvimento e o fortalecimento da iniciativa privada, é desenvolvida pela CNI, por meio de um amplo processo de consulta às federações e associações setoriais da indústria, a caracterização política das estratégias de atuação da mantenedora. A Figura 1 está representa a estrutura institucional da CNI.

⁴ O Custo Brasil são todos os gastos internos que só existem no País e que aumentam os produtos e serviços brasileiros tornando-os menos competitivos em relação aos similares no exterior, em vista disso, acaba aumentando a pirataria e a entrada de produtos ilegais ao país. Os principais componentes do Custo Brasil são a carga tributária, os custos portuários, os transportes, os encargos trabalhistas, os financiamentos, a energia e telecomunicações e finalmente a regulamentação governamental.

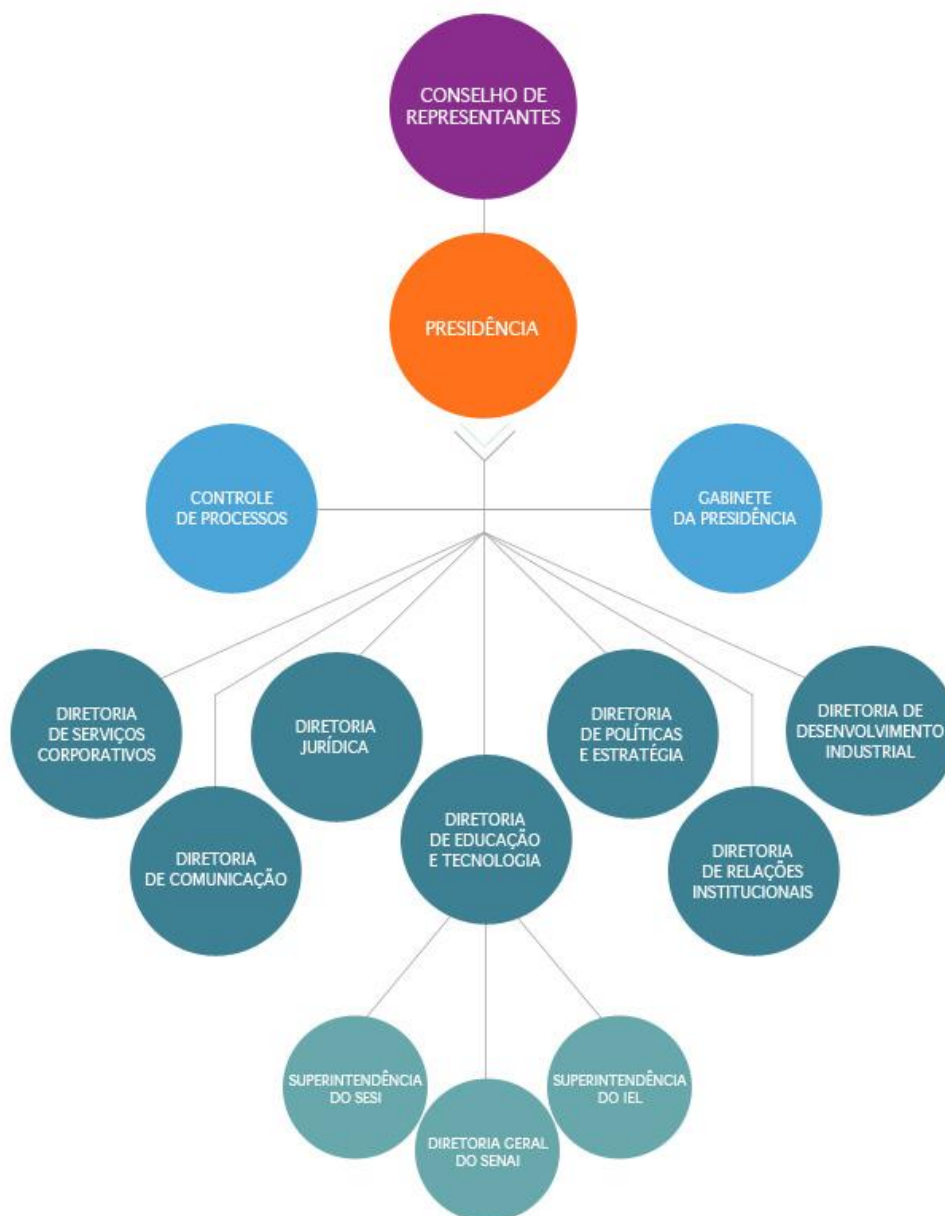


Figura 1 - Organograma da Visão geral da CNI.

Fonte: <http://www.portaldaindustria.com.br>

No estado do Rio Grande do Sul a ligação entre a Confederação Nacional das Indústrias e as indústrias do estado é a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul – FIERGS.

O isolamento da economia gaúcha, na década de 30, exigia a criação de uma entidade, para reunir forças em torno da promoção e defesa do desenvolvimento rio-grandense. Eram tempos difíceis, e a Revolução da época agravou os problemas, especialmente, o inconstante suprimento de matérias-

primas vindas de outros lugares assim como as barreiras na distribuição dos produtos para os mercados do centro do País.

Foi criada em 1937 a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul – FIERGS, já sob a vigência da legislação sindical no Brasil.

O Serviço Social da Indústria – SESI integra o sistema FIERGS e constitui-se como o braço social da Federação, pois oferece de forma gratuita, para os trabalhadores e seus dependentes das indústrias, ensino fundamental, ensino médio e educação continuada.

Sancionado, no dia 25 de junho de 1946, pelo Decreto Lei nº 9.403, pelo então Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, o SESI foi criado, para operar no campo assistencial e na formação técnica dos trabalhadores, porém sua criação foi determinante em um momento no qual se encontravam muitos conflitos e relações contraditórias entre os líderes e a classe operária. Os líderes, adotando esse modelo, chegam à conclusão de que financiando a instituição, obteriam lucro e não prejuízo, pois, dessa maneira, teriam operários agradecidos, fiéis, dóceis e não sujeitos inquietos e pensantes. Dessa forma, o SESI transformou-se em uma instituição assistencialista.

O SESI promove a responsabilidade social da indústria gaúcha, por meio dos seus centros esportivos, ginásios, unidades móveis e pelos 35 Centros de Atividades.

A Figura 2 apresenta a Superintendência do SESI, que é responsável por executar as atividades técnicas e propor políticas, diretrizes e estratégias para levar a qualidade de vida e educação aos trabalhadores e seus dependentes. Além disso, promove a disseminação das propostas da instituição, para as unidades regionais do SESI, localizadas em todo o Brasil.

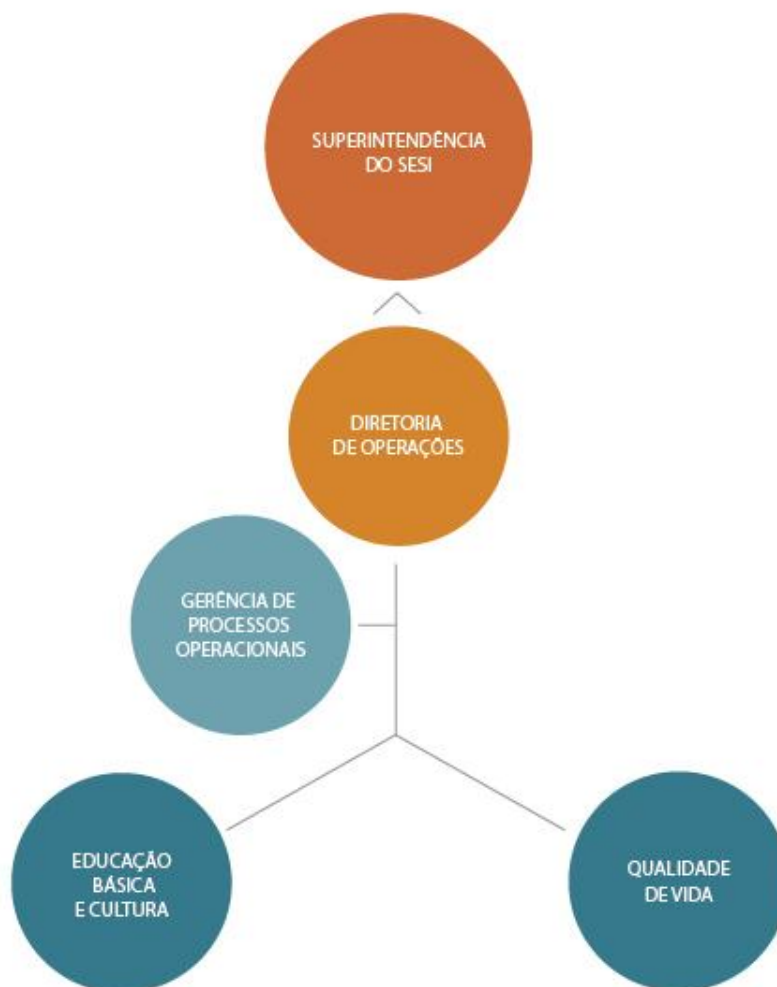


Figura 2 - Organograma da Visão Geral do Sesi.
Fonte: <http://www.portaldaindustria.com.br>

O Sesi-RS tem como Missão: promover a qualidade de vida do trabalhador e de seus dependentes, com foco em educação, saúde e lazer, e estimular a gestão socialmente responsável da empresa industrial. Sua “Visão” é ser o melhor provedor em soluções sociais adequadas às necessidades da indústria do Rio Grande do Sul e seus “Valores” são a ética, a transparência, a excelência em produtos e serviços, a formação e valorização das pessoas, o compromisso com resultados e a sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Atualmente, o mundo do trabalho exige mais do que conhecimento especializado. Em todos os níveis hierárquicos de trabalho, os profissionais precisam ser capazes de aplicar seu conhecimento, resolver problemas, planejar, monitorar e avaliar seu desempenho e comunicar suas ideias a

públicos variados. Além disso, cada vez mais as pessoas participam de projetos em equipes multiculturais, cruzando fronteiras e fusos horários, instantaneamente, o que significa que os profissionais devem estar familiarizados com a atual tecnologia.

A competitividade do mercado de trabalho se relaciona com a missão do SESI de promover a qualidade de vida do trabalhador e de seus dependentes. A educação surge no SESI como foco principal em qualificar o trabalhador da indústria, seja ele ouvinte ou surdo.

Como neste estudo os sujeitos da pesquisa são trabalhadores surdos, da cidade de Pelotas, para identificá-los foi necessário mapear as indústrias da cidade. Este mapeamento se deu de acordo com o documento fornecido pela Escola de Ensino Médio SESI Eraldo Giacobbe.

Em Pelotas existem 1298 indústrias vinculadas aos produtos do SESI Pelotas. Destas, 1130 são classificadas como microempresas, 108 como pequenas empresas, 42 como médio empresas e 18 como grandes empresas (Figura 3).

Classificação das Indústrias de Pelotas

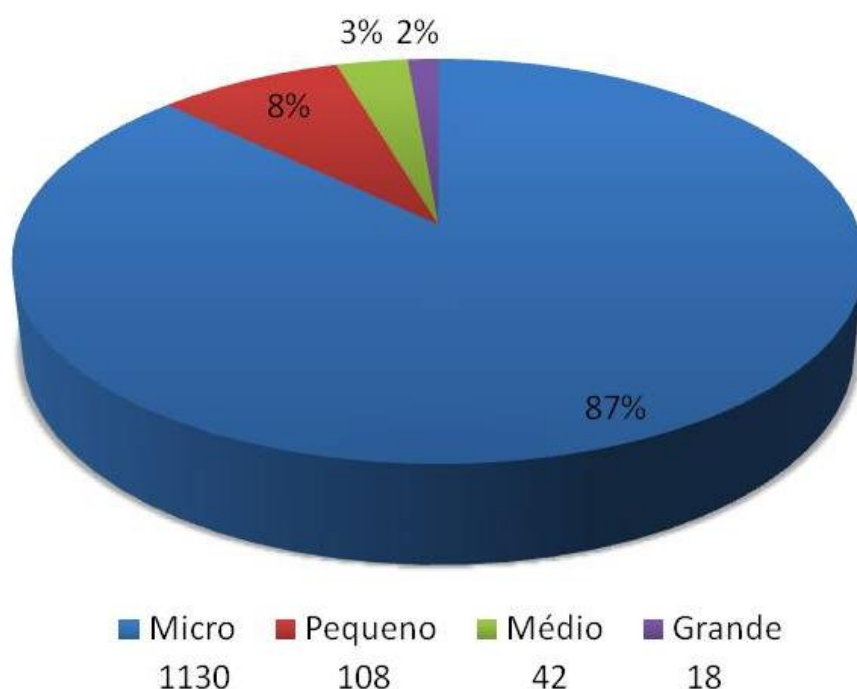


Figura 3 – Gráfico da Classificação das Indústrias de Pelotas.
Fonte: SIQUEIRA, R.M. 2015.

A classificação de porte das indústrias de Pelotas segue o Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, conforme a Figura 4. Esta classificação é de acordo com a receita operacional bruta anual das empresas.

Classificação	Receita operacional bruta anual
Microempresa	Menor ou igual a R\$ 2,4 milhões
Pequena empresa	Maior que R\$ 2,4 milhões e menor ou igual a R\$ 16 milhões
Média empresa	Maior que R\$ 16 milhões e menor ou igual a R\$ 90 milhões
Média-grande empresa	Maior que R\$ 90 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões
Grande empresa	Maior que R\$ 300 milhões

Figura 4- Classificação quanto a receita operacional bruta anual.
Fonte: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES>.

A Figura 5 evidencia as áreas de atuação das indústrias que são classificadas como microempresas. Das 1130 microempresas, 793 são da Indústria da Transformação, 283 da Construção Civil, 22 da área de Informação e Comunicação, 18 da Indústria Extrativa e 14 do Serviço de Utilidade Pública.

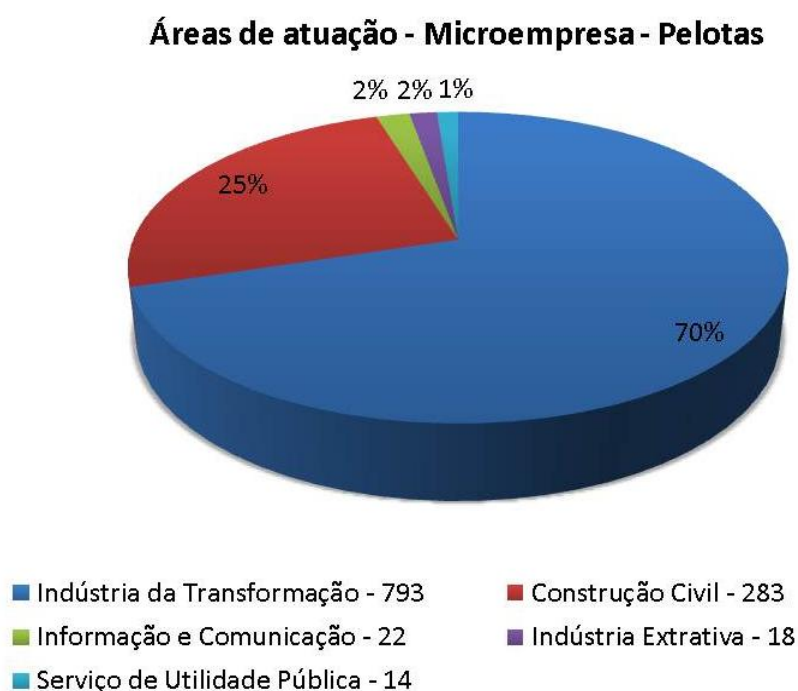


Figura 5 - Gráfico das áreas de atuação das Microempresas na cidade de Pelotas.
Fonte: SIQUEIRA, R.M. 2015.

A Figura 6 evidencia as áreas de atuação das indústrias que são classificadas como: Pequenas Empresas. Das 108 pequenas empresas, 72 são da Indústria da Transformação, 31 da Construção Civil, 3 da área de Informação e Comunicação, 1 da Indústria Extrativa e 1 do Serviço de Utilidade Pública.

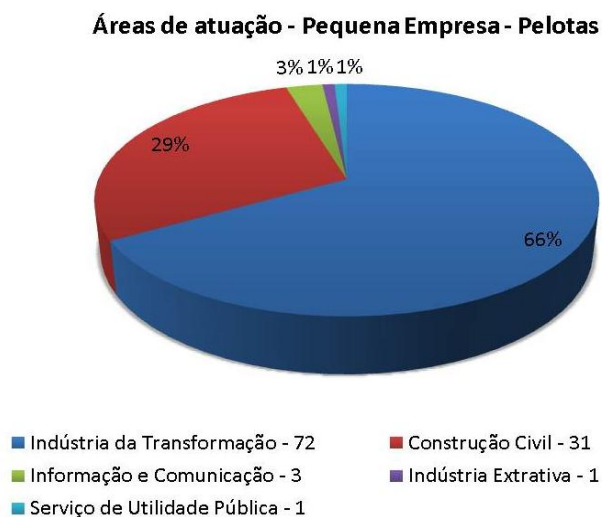


Figura 6: Gráfico das Áreas de atuação das Pequenas Empresas na cidade de Pelotas
Fonte: SIQUEIRA, R.M. 2015.

A Figura 7 evidencia as áreas de atuação das indústrias que são classificadas com o porte de Médio Empresas. Das 42 de Médio Empresas, 21 são da Indústria da Transformação, 14 da Construção Civil, 4 da área de Informação e Comunicação, 1 do Serviço de Utilidade Pública e 2 são classificados como outras áreas.

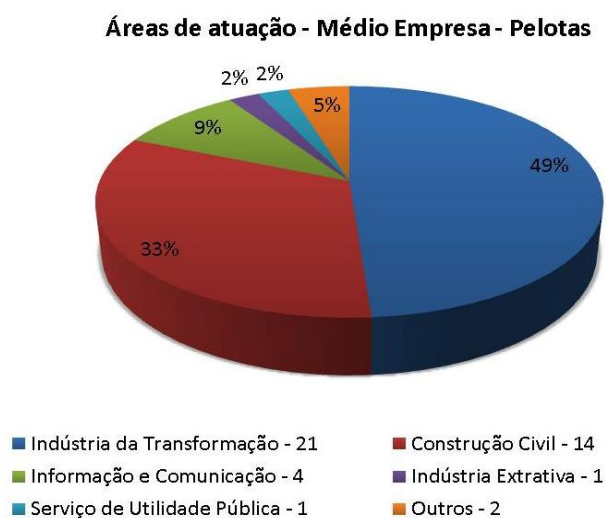


Figura 7: Gráfico das áreas de atuação em empresas de Médio Porte na cidade de Pelotas.
Fonte: SIQUEIRA, R.M. 2015

A Figura 8 demonstra as áreas de atuação das indústrias que são classificadas de Grande Porte. Das 18 de Grande Porte, 4 são da Indústria da Transformação, 2 da construção civil, 2 da área de Informação e Comunicação, 1 da indústria extrativa, 3 do serviço de utilidade pública e 6 classificados como outras áreas.

Áreas de atuação - Grande Porte - Pelotas

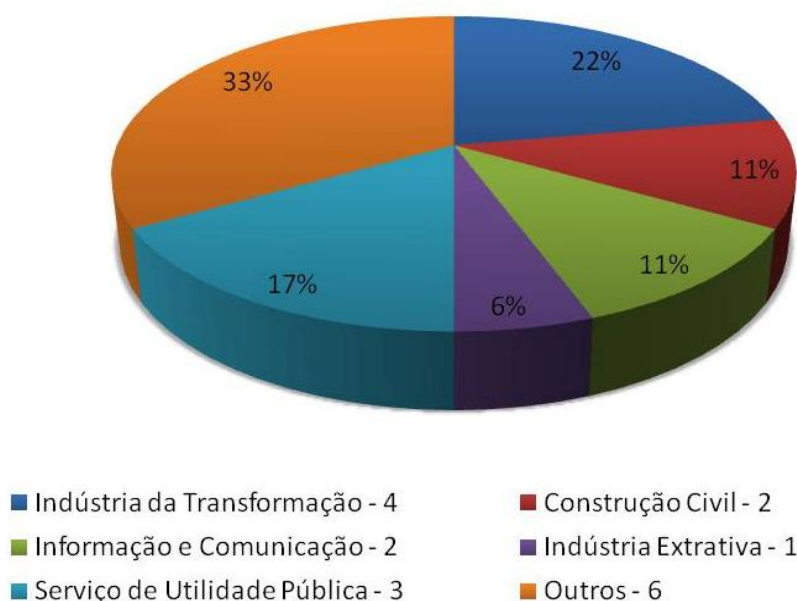


Figura 8: Gráfico das Áreas de atuação em empresas de Grande Porte na cidade de Pelotas.
Fonte: SIQUEIRA, R.M. 2015.

De acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, a Indústria da Transformação compreende as atividades que envolvem a transformação física, química e biológica de materiais, substâncias e componentes com a finalidade de se obterem produtos novos. Os materiais, as substâncias e componentes transformados são insumos produzidos nas atividades agrícolas, florestais, de mineração, da pesca e produtos de outras atividades industriais.

As atividades da Indústria de Transformação são, frequentemente, desenvolvidas em plantas industriais e fábricas, utilizando máquinas movidas por energia motriz e outros equipamentos para manipulação de materiais. É, também, considerada como atividade industrial a produção manual e artesanal, inclusive, quando desenvolvida em domicílios.

A Figura 9 demonstra todas as divisões das Indústrias da Transformação.

Hierarquia	
Seção:	C INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO
Esta seção contém as seguintes divisões:	
10	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS
11	FABRICAÇÃO DE BEBIDAS
12	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FUMO
13	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS
14	CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS
15	PREPARAÇÃO DE COURO E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO, ARTIGOS PARA VIAGEM E CALÇADOS
16	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA
17	FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL
18	IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES
19	FABRICAÇÃO DE COQUE, DE PRODUTOS DERIVADOS DO PETRÓLEO E DE BIOCOMBUSTÍVEIS
20	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS
21	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS
22	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLÁSTICO
23	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS
24	METALURGIA
25	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
26	FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICOS E ÓPTICOS
27	FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS
28	FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
29	FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS
30	FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES
31	FABRICAÇÃO DE MÓVEIS
32	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS
33	MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Figura 9: Tabela das divisões das Indústrias de Transformação.

Fonte: <http://www.cnae.ibge.gov.br>.

A Indústria Extrativa compreende as atividades de extração de minerais em estado natural sólidos como, por exemplo, o carvão, líquidos como, por exemplo, o petróleo, e gasosos como, por exemplo, o gás natural. Pode realizar-se em minas subterrâneas, a céu aberto ou em poços. Segundo o CNAE, inclui as atividades complementares de beneficiamento associado à extração, realizadas, principalmente, para melhorar a qualidade do produto e facilitar a comercialização, desde que o beneficiamento não altere as características físicas ou químicas dos minerais. A Figura 10 ilustra as divisões das Indústrias Extrativas.

CNAE 2.0

Hierarquia	
Seção:	B INDÚSTRIAS EXTRATIVAS
Esta seção contém as seguintes divisões:	
05	EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL
06	EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL
07	EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS
08	EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS
09	ATIVIDADES DE APOIO À EXTRAÇÃO DE MINERAIS

Figura 10: Tabela Divisões das Indústrias Extrativas

Fonte: <http://www.cnae.ibge.gov.br>.

2.2. Conhecendo a relação da Educação de Jovens e Adultos ao Serviço Social da Indústria.

A Educação de Jovens e Adultos – EJA, no Brasil, está diretamente ligada ao Serviço Social da Indústria. Na década de 40, o educador Paulo Freire e companheiros de jornada iniciaram o movimento de Educação de Jovens e Adultos no Sesi de Pernambuco. A Figura 11 mostra o então presidente da república Eurico Gaspar Dutra no Recife.



Figura 11: Fotografia do Núcleo presidente Dutra do Sesi no Recife.
Fonte: <http://www.portaldaindustria.com.br>.

Convidado, no ano de 1947, pelo amigo Paulo Rangel, que fora enviado pelo então Presidente do Sesi, Pe. Cid Sampaio, para ocupar, inicialmente, o cargo de diretor da Divisão de Educação e Cultura e, posteriormente, o de Superintendente ou Diretor Geral, Paulo Freire pensou alguns meses para só depois decidir com positividade ao convite e entregar-se por inteiro a mais nova e rica experiência profissional de sua vida.

Assim, passa a conviver em um ambiente marcado pela existência de classes sociais que se relacionam de forma contraditória. É pela inserção desse novo contexto que se inicia o processo de gestão compartilhada tomando como referência o aprendizado do aprofundamento democrático e um trabalho pedagógico libertário construído com e não para os trabalhadores (FREIRE, 2003).

A rica experiência, obtida em sua área profissional, durante os dez anos de convivência com a classe operária, influenciaria, diretamente, para construção de sua prática político-pedagógica.

Trabalhando no SESI com diferentes profissionais, em níveis também diferentes, e com operários, a quem desafiei a ir assumindo, cada vez mais, atitudes de sujeito, a ir aprendendo democracia, praticando-a, terminei por fazer uma série de aprendizados indispensáveis a quem se insere no processo de mudança de realidade (FREIRE, 2003, p.144).

Considerando a relevância do método de Paulo Freire, no trabalho com a EJA, é importante que recordemos um dos seus primeiros feitos, que se deu junto à equipe do Serviço Social da Indústria. Freire enxergava a educação antes de tudo como prática de liberdade como um ato de amor. Pregava a leitura do mundo partindo do contexto social dos alunos.

Em meados da década de 1950 e no início da década 60 Paulo Freire dedicou-se ao Serviço Social da Indústria no departamento regional do estado de Pernambuco. Conseguindo chegar ao posto de gestor nesta instituição. Por sua ligação com políticos de centro esquerda como, por exemplo, o governador de Pernambuco Miguel Arraes de Alencar eleito em 1963.

Miguel Arraes de Alencar era vinculado ao Partido Social Trabalhista, o qual Paulo Freire possuía certa simpatia. Com o início da Ditadura Militar em 1º de março de 1964, Miguel Arraes foi deposto do cargo e diversos apoiadores foram exilados, nesta lista de apoiadores ao governador e contrários ao Regime Ditatorial Paulo Freire foi um dos exilados políticos de nosso país.

Durante os vinte anos de Ditadura Militar no Brasil, Freire frequentou países como o Chile e a França. Na França Paulo Freire escreveu um dos livros mais relevantes sobre sua História no SESI, *Cartas à Cristina*.

No Rio Grande do Sul, no ano de 1947, em casas alugadas e no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de bairro operário de Porto Alegre, o SESI implantou turmas de alfabetização e incentivava com material didático, passagens de bonde, para que operários se alfabetizassem, portanto o SESI voltava-se para a Educação de Jovens e Adultos com a visão focada na alfabetização.

Em razão do alto índice de trabalhadores das indústrias gaúchas que apresentavam pouca ou nenhuma escolaridade e buscando estimular o exercício da cidadania, a concentração de interesses produtivos e a melhoria da qualidade de vida desses trabalhadores, em 1991, o SESI e o SENAI se unem na tentativa de atingir maior número desses trabalhadores.

Em 1992, foi ampliado para a aprendizagem equivalente as quatro séries iniciais do então Ensino de 1º Grau. Esta experiência de três anos possibilitou a construção de um fazer pedagógico diferenciado e apropriado aos trabalhadores industriais, levando as duas instituições a solicitarem autorização legal de funcionamento. Assim, em 1994, foi autorizado, pelo Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, o “Programa do Curso Supletivo de 1º Grau – 1ª a 4ª série – SENAI/SESI”.

A partir de 1997, a Educação de Jovens e Adultos toma um novo impulso, o SESI amplia o atendimento para o Ensino Fundamental – 5ª a 8ª série.

Em 1999/2000, os cursos ofertados ampliam-se com a oferta do Ensino Médio. O SESI-RS passa a ter a seguinte linha de atuação: Educação de Jovens e Adultos – Alfabetização, em parceria com Secretarias Municipais de Educação, funcionando em parques públicos e escolas municipais; Educação de Jovens e Adultos, Ensino Fundamental – 1ª a 4ª série, em parceria com SENAI, empresas, Governos Municipais, Sindicatos, Governo Estadual, estabelecimentos particulares de ensino; Educação de Jovens e Adultos, Ensino Fundamental – 5ª a 8ª série, em parceria com o Governo Estadual, empresas e estabelecimentos particulares de ensino.

Em 2002, o SESI/RS resolve criar e manter uma escola de Ensino Fundamental – Anos Finais e Ensino Médio para jovens e adultos, na forma presencial (Parecer CEED nº 1.439/2003)

No ano de 2006, por meio do Parecer CEED nº 168 da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior e Comissão de Ensino Fundamental, do Conselho Estadual de Educação, foi autorizada a oferta dos Ensinos Fundamental – Anos Finais e Médio, ambos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, sob forma de Educação a Distância.

Em 2009, por meio do Parecer CEED nº 419/2009, a escola foi, novamente, autorizada a desenvolver os referidos cursos, juntamente com os

Polos de Apoio Presencial de Bagé, Farroupilha, Guaporé, Igrejinha, Lajeado, Parobé, Passo Fundo e Porto Alegre.

A Escola de Ensino Médio SESI Eraldo Giacobbe está localizada, na Avenida Bento Gonçalves, nº 4825, em Pelotas. De acordo com o Projeto Político Pedagógico da Escola - PPP, é mantida pelo SESI/RS e tem como filosofia a constituição de sujeitos sociais ativos, pautados pela problematização, investigação e formação científica, contextualizadas no mundo do trabalho – e subjetivas – referenciadas na família e nos meios de produção e distribuição de bens materiais e simbólicos da sociedade.

A Escola tem por finalidade desenvolver um PPP que desafia os alunos na busca da autonomia intelectual, por meio de práticas de ação-reflexão-ação, dirigidas para jovens e adultos, respeitando seus tempos e espaços de aprendizagens, bem como suas experiências, em diversos contextos socioculturais e, em especial, aquelas do Mundo do Trabalho, de forma que tenham a possibilidade de aprimorar habilidades, atitudes e competências, para o seu desenvolvimento integral, propiciando, assim, o pleno exercício da sua cidadania e a busca por formação continuada, adequada e suficiente para o ingresso e a permanência no mundo trabalho.

O SESI-RS, por meio da Escola de Ensino Médio SESI Eraldo Giacobbe, entende a educação, seja na forma presencial como a distância, como estratégia de disseminação de conhecimento, de cultura e de informação. No caso específico da Educação a Distância, o SESI visualiza ser esta a forma de ensino, até o momento, mais flexível, pois o educando faz seus horários de estudos sendo indispensável a existência de uma forte interação com a instituição.

Percebe-se que a implantação da Educação a Distância vem complementar e oportunizar novas possibilidades à comunidade como um todo, seja ela vinculada ao meio empresarial ou não.

O SESI-RS implantou em 2014, sua primeira Escola regular de Ensino Médio. A escola está sediada, no município de Pelotas e foi desenhada para ser um Curso de referência para o Mundo do Trabalho e com exigência de Excelência Acadêmica. Entretanto, em 27 de novembro do ano de 2013, recebeu parecer de aprovação do Conselho Estadual de Educação pelo nº 932 e, assim, desencadeia-se o desafio de colocá-lo em prática.

E, no ano de 2015, pelo parecer CEED Nº 131/2015 a Escola de Ensino Médio SESI Eraldo Giacobbe é recredenciada, para a oferta do ensino fundamental – anos finais e do ensino médio, ambos na modalidade de EJA, na forma de Educação a Distância, para alunos maiores de 18 anos.

2.3 Políticas de Inclusão da Escola de Ensino Médio SESI Eraldo Giacobbe.

É fundamental abordar sobre as políticas de inclusão que a Escola de Ensino Médio SESI Eraldo Giacobbe propõe. No Projeto Político Pedagógico, dentre os objetivos da escola, um descreve o seguinte:

“Oferecer aos alunos condições de conhecer, aprender, viver e ser em um ambiente capaz de lidar com as diferenças, estabelecendo novas formas de relação, afetividade, escuta e compreensão, sem preconceitos e juízo de valores, entendendo que a inclusão deve ser aplicada não apenas àqueles alunos com deficiências, mas também, aos excluídos social e culturalmente”.

Outro destaque no PPP da Escola quanto à inclusão, informa-nos que aos alunos com necessidades educacionais especiais está assegurada a adaptação do espaço físico e a utilização de métodos, técnicas, recursos específicos, para que eles possam se apropriar do conhecimento, de acordo com as suas aptidões, com as suas experiências e com o seu amadurecimento cronológico e psicológico, ou mesmo de acordo com as suas limitações.

Para abordar o Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem - AVEA e a relação com a educação inclusiva fazem -se necessário, primeiramente, descrever sobre a educação à distância.

Quanto ao ensino na educação à distância, na Escola SESI, o processo de aprendizagem é mediado por tecnologias, como, por exemplo, a do Ambiente Virtual Moodle. A educação em rede deve desenvolver-se por dimensões colaborativas, interativas para produzir aprendizagens significativas.

A aprendizagem é entendida como processo que envolve, além de conceitos, relações e vínculos afetivos e, assim, a autonomia, a cooperação, o

vínculo e a interatividade são requisitos que dão suporte à cognição. A exploração das dimensões, propiciadas no suporte computacional, afetam juntamente com as questões tecnológicas, outras dimensões humanas mobilizadas do ato de aprender.

Nesse sentido, os ambientes de aprendizagem precisam estar organizados, a partir de uma lógica que supere a exposição de conteúdos, para uma lógica que desencadeie reflexões e desafios.

O processo de interação entre os sujeitos ocorre por meio do Ambiente Virtual MOODLE, no qual estão presentes ferramentas capazes de possibilitar um eficiente processo de tutoria à distância.

Os alunos matriculados nos diversos componentes curriculares dos níveis de ensino ofertados trocam informações entre eles e os professores.

Nesta metodologia, os alunos, além dos seus materiais didáticos de estudos de cada componente curricular, acessam ao conteúdo, que está, permanentemente, à disposição no AVEA da Escola (www.sesirs.org.br/moodle-sesi), desfrutando de ferramentas de comunicação que permitem a comunicação em tempo real.

Dessa forma, o AVEA constitui um meio muito atraente para o ensino a distância, pois, além do seu grande potencial como ferramenta de comunicação entre as pessoas, também, é acessível e inclusiva. Inclusiva, pois o Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizado - plataforma Moodle apresenta, por exemplo, capacidade do aumento ou diminuição da letra para os alunos com baixa visão, conforme demonstra a Figura 12.

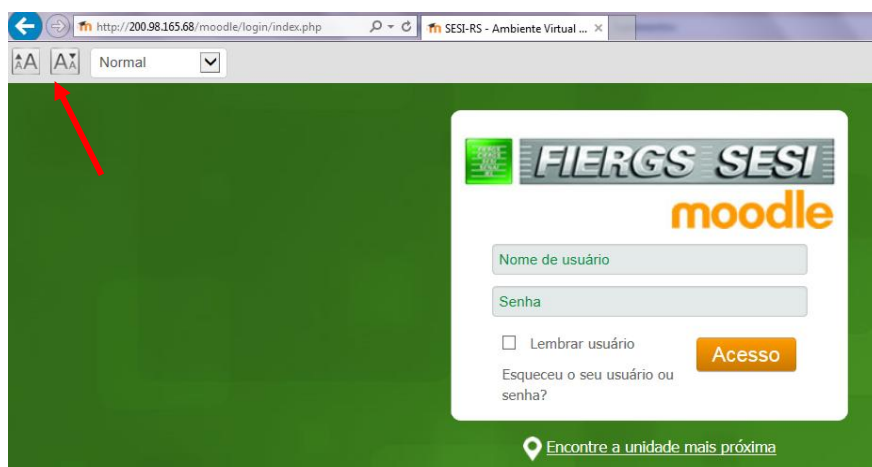


Figura 12: Destaque para o aumento da letra no AVEA Moodle.

Fonte: <http://www.sesirs.org.br/moodle-sesi>

O SESI promove e apoia a inclusão, a assessoria oferecida pelo SESI-RS auxilia a indústria na gestão de pessoas com deficiência, no ambiente de trabalho, com foco na melhoria das relações humanas, por meio do respeito e promoção da diversidade.

O trabalho colabora para o cumprimento da legislação vigente⁵ e reforça a política de responsabilidade corporativa da empresa.

O programa Incluir do Sistema FIERGS aborda questões da inclusão, para todos os funcionários da Escola de Ensino Médio SESI Eraldo Giacobbe, oferecendo cursos de capacitação para os professores, como, por exemplo, de Braille e Libras.

Contudo a equipe de comunicação e marketing do sistema FIERGS informa e divulga, por e-mail, para todos os funcionários, que a Escola vai além do sistema vigente de cotas e, sim, que se preocupa em exercer, de fato, a inclusão.

As Figuras 13 e 14 comprovam a divulgação do programa incluir do sistema FIERGS e da Escola de Ensino Médio SESI Eraldo Giacobbe.

“ SABEMOS DESTA QUESTÃO DA INCLUSÃO E ALGUMAS EMPRESAS CONTRATAM PCDS PARA PREENCHER COTA. NO SESI, ME SINTO UMA FUNCIONÁRIA IGUAL A TODOS E É BOM SABER QUE FAÇO FALTA COMO QUALQUER OUTRO COLEGA. TRATAM—ME DE FORMA IGUALITÁRIA E MEUS COLEGAS PASSAM E CONVERSAM COMIGO E SE PREOCUPAM TAMBÉM COM MEUS PROBLEMAS PESSOAIS. TENHO EXPECTATIVAS DE CRESCIMENTO, PORÉM, PRECISO APRIMORAR MEU CONHECIMENTO EM INFORMÁTICA. ”

O que representa para você trabalhar no Sistema FIERGS?

Em comparação a outros empregos e tratamento que recebi, aqui está sendo o melhor lugar na questão de coleguismo e recepção dos gestores.

Luciana O. Magagnim

Formação: Telefonista/Recepcionista **Deficiência:** Visual

PROGRAMA INCLUIR
SISTEMA FIERGS

COMUNICAÇÃO INTERNA & ENDOMARKETING

Sistema FIERGS

Figura 13: Divulgação do Programa Incluir.
Fonte: Arquivo Pessoal.

⁵ Lei de Cotas – no 8.213/1991.



Lucas Nunes Gabriel

Formação: Técnico em Eletrônica
Deficiência: Surdo

“ ESSE É O MEU PRIMEIRO EMPREGO E COMECEI TRABALHANDO NO ARQUIVO, DEPOIS PASSEI PARA O SETOR DE CADASTRO DE PESSOA FÍSICA. NESTE SETOR TIVE UM POUCO DE DIFICULDADE POR HAVER PALAVRAS QUE NÃO CONHECIA, MAS ME ADAPTEI. APÓS ISTO TRABALHEI COM FASQ E HOJE ATUO NO SETOR DE COMPETÊNCIAS TRANSVERSAIS E ARQUIVO. O RELACIONAMENTO COM OS COLEGAS É ÓTIMO, ELES GOSTAM DE MIM, CONVERSAM COMIGO E RIEM DAS PIADAS QUE CONTO. ”

O que representa para você trabalhar no Sistema FIERGS?

Eu gosto de trabalhar aqui. Acho que é importante porque ajuda no crescimento profissional e motiva até porque recebo feedbacks. Gosto de focar no meu trabalho e tenho expectativa de crescimento.

PROGRAMA INCLUIR SISTEMA FIERGS

COMUNICAÇÃO INTERNA & ENDOMARKETING

Sistema FIERGS

Figura 14: Divulgação do Programa Incluir.
Fonte: Arquivo Pessoal

Porém questiona-se na Figura 14, que trás um depoimento de um trabalhador surdo do sistema FIERGS, se essa comunicação do surdo com os demais trabalhadores seria simples, com apenas algumas dificuldade em entender as palavras.

Outro destaque sobre a inclusão no Sesi é a “Revista Sesinho”, criada em 1947, que vem atuando como veículo de comunicação entre a indústria e a sociedade, além de proporcionar diversão, informação e entretenimento às crianças, jovens e adultos. Várias edições abordaram temáticas sobre as diferenças, inclusão e culturas.

Quanto aos espaços físicos, a Escola Sesi está de acordo com a legislação. As portas têm um vão livre de no mínimo 0,80 m e altura mínima de 2,10 m, respeitando as distâncias de aproximação frontal e lateral para cadeirantes. Pelo menos 5% dos sanitários, tanto dos alunos como dos professores – com no mínimo um para cada sexo – são acessíveis. Além disso, os banheiros possuem barras de apoio para o vaso sanitário e para os lavatórios.

Todos os elementos do mobiliário urbano da edificação da escola, como bebedouros, guichês e balcões de atendimento, são acessíveis, respeitando as áreas de aproximação e manobra.

As placas de identificação das salas de aulas e o piso estão adaptados para deficientes visuais. Além disso, a biblioteca da escola consta com um grande acervo literário em braile.

Atualmente, em seu quadro docente, a Escola SESI conta com três professores capacitados em atender aos alunos surdos. Entretanto por se tratar de inclusão de surdos, o ideal seria se todo o corpo docente e funcionários da escola fossem capacitados para atender de forma qualificada os alunos surdos.

Contudo a Escola de Ensino Médio SESI Eraldo Giacobbe, de acordo com o PPP, entre os seus objetivos, ainda, garante a flexibilidade de currículo, tempo e espaço, rompendo com a simetria do ensino regular, de modo a permitir percursos individualizados e conteúdos significativos para os jovens e adultos. Também oportuniza suporte e atenção individual às diferentes necessidades dos jovens e adultos, no processo de aprendizagem.

2.4. O Histórico da Educação de Surdos no mundo e no Brasil.

Descrever sobre a história dos surdos e como foram educados depende muito do ponto de vista do narrador. Na narrativa oficial, há a história apresentada pela visão de pessoas ouvintes, cujos esforços eram imensos, para tornar os surdos em indivíduos sociáveis, plenamente integrados ao mundo que se constitui com base na audição e na fala. Por outro lado, existe a história não registrada, na literatura oficial, que sobrevive na narrativa dos Surdos adultos, passada de geração em geração, a qual não deixa morrer as experiências vivenciadas. Aos poucos essa história vem sendo escrita nas dissertações de mestrado e teses de doutorado e o mundo fica conhecendo que os Surdos, muitas vezes, foram ignorados e sofreram práticas sociais arbitrárias. (FERNANDES, 2011).

Uma retrospectiva histórica da educação de surdos permite constatar que, seja pelo prisma de misticismo da educação egípcia, pela filosofia grega, pela piedade cristã, pela necessidade de preservação e perpetuação da nobreza e do poder, pelo desejo de unificação da língua pátria, pelos avanços da medicina, da ciência e da tecnologia, ou pelos interesses políticos, diferentes concepções de surdez e de sujeito surdo permearam a escolha das abordagens usadas na educação do surdo (PEREIRA, 2011).

A surdez é tão antiga quanto a humanidade, pois sempre existiram surdos. O que ocorre é que, nos diferentes momentos históricos, nem sempre eles foram respeitados em suas diferenças ou mesmo reconhecidos como seres humanos. Por muito tempo os Surdos foram vítimas de uma concepção que vinculava a surdez à falta de inteligência (FERNANDES, 2011).

Acreditava-se que, como não poderiam falar, não desenvolveriam a linguagem, portanto não pensavam e não aprendiam. Em diferentes civilizações, atos desumanos eram cometidos, a surdez era considerada um castigo, como, por exemplo, na Grécia e depois, na Roma, os surdos eram condenados à escravidão ou à morte. Para os Romanos, os surdos eram vistos como não humanos, incompletos e imperfeitos.

Contudo algumas vozes importantes se posicionaram contra o que vinha acontecendo, é o caso do comentário de Sócrates, citado em SACKS (1998 p.31) “se não tivéssemos voz nem língua, mas, apesar disso, desejássemos manifestar coisas uns para os outros, não deveríamos, como as pessoas que hoje são mudas, empenhar-nos em indicar o significado pelas mãos, cabeça e outras partes do corpo?”.

Portanto, desde a Antiguidade até a Idade Média, existiu um período de obscuridade e degradação dos direitos das pessoas surdas. A reversão deste quadro começou no final da Idade Média.

No século XVI, as crianças surdas eram ensinadas, individualmente, por tutores e, geralmente, estes tutores eram médicos ou religiosos. Na Espanha, Girolamo Cardano (1501-1576), matemático, filósofo e médico italiano, após realizar uma série de pesquisas, chegou à conclusão de que a surdez em si não era um fator prejudicial à aprendizagem (SILVA, 2006).

Cardano, para avaliar o grau de aprendizagem dos surdos, fez sua investigação a partir dos que haviam nascido surdos, dos que adquiriram a surdez antes de aprender a falar, dos que adquiriram depois de aprender a falar e, finalmente, dos que a adquiriram depois de aprender a falar e a escrever. Sua conclusão, após esses estudos, era a de que a surdez não trazia prejuízos para o desenvolvimento da inteligência e que a educação dessas pessoas poderia ser feita pelo ensino da leitura, que era a forma dos surdos ouvirem, e a da escrita, que era a forma deles falarem (SOARES, 1999 p.17).

Girolamo Cardano rompeu com a visão de que os surdos não eram educáveis e, segundo Moura (2000) Cardano, ter-se-ia interessado pelos surdos e pelo estudo do ouvido, nariz e cérebro porque o seu primeiro filho era surdo.

No entanto educação de surdos ganha força com o primeiro professor de Surdo da história, Pedro Ponce de León, um monge que viveu em um monastério da Espanha. Seu objetivo era fazer os surdos falarem para receberem suas heranças e gerir os bens de suas famílias. León, por meio de sua metodologia sistemática, focado num alfabeto manual, ensinou nobres surdos a ler, a escrever e a contar, ou seja, uma metodologia que envolvia a escrita e a oralização (FERNANDES, 2011).

Segundo Fernandes (2011), Pedro J.R.Pereira (1715-1780) foi considerado o mais célebre entre os educadores de sua época por ser o precursor na “desmutização” de surdos.

Dentre todas as experiências registradas, foi a metodologia de um alemão que ganhou notoriedade por fazer os surdos falarem. Samuel Heinicke (1727-1790) foi o sistematizador de uma educação oralista. Filosofia educacional que defendia que o pensamento era dependente da mediação da fala (FERNANDES, 2011), Heinicke defendia a ideia de que a oralização era necessária, para que os contatos sociais dos surdos não fossem restritos somente aos seus semelhantes, pois, se o surdo conseguisse oralizar, ele poderia se comunicar com pessoas ouvintes.

Neste contexto, atos arbitrários eram registrados, em nome do progresso como, por exemplo, perfuração de ouvidos e/ou amarrar ou mutilar as mãos, retomando, assim, o que era habitual na Antiguidade Greco-romana (SILVA, 2006).

Em contrapartida, na segunda metade do século XVIII, o religioso francês abade Charles Michel L'Épée (1712-1789) criou um método diferente que alcançou imenso sucesso na década de 1780.

Como os surdos viviam à margem da sociedade, por não conseguirem uma profissão, L'Épée acabou educando-os, com base no emprego de sinais. Acabou privilegiando a Língua de Sinais Francesa – LSF e teve o mérito de reconhecê-la como língua e divulgá-la.

L'Épée utilizava de sinais metódicos, ou seja, uma combinação da língua utilizada pelos surdos com a gramática sinalizada francesa (GOLDFELD, 2002). Segundo Sacks:

L'Épée tinha imensa admiração pela língua de sinais, mas também tinha suas reservas: por um lado, ele a considerava uma forma de comunicação completa “Todo surdo-mudo enviado para cá já possui uma língua [...] com ela, expressa suas necessidades, desejos, dores etc., e não se engana quando outros se expressam da mesma forma”; por outro lado, julgava que faltava a essa língua uma estrutura interior, uma gramática (que ele tentou inserir do francês, com seus “sinais metódicos”) (SACKS, 1998, p.154).

Verificando que a Língua de Sinais é o veículo mais adequado para desenvolver o pensamento e a comunicação dos Surdos, os Surdos educados por L'Épée formaram-se e foram seus multiplicadores pela França, por toda a Europa e pelo mundo, fundando, assim, várias escolas para Surdos em vários países, inclusive no Brasil. Segundo Pereira (2011), teve início ao período conhecido como a “Época de ouro da educação de surdos”, de 1780 até 1880, quando os surdos formados em seu Instituto de Surdos de Paris, atingiram cargos que, anteriormente, eram ocupados apenas por ouvintes. Por isso, a LSF influenciou muitas outras línguas de sinais.

Como se pode observar, o abade Charles Michel L'Épée defendia o método visual, que se baseia no uso dos gestos, dos sinais, do alfabeto manual e da escrita na educação de surdos. Diferentemente de Samuel Heinicke que defendia o método oral, que se baseia no acesso à língua falada, por meio da leitura labial e da amplificação do som e na expressão por meio da fala (PEREIRA, 2011).

Interessado nas ideias de L'Épée, em 1815, o professor americano Thomas Hopkin Gallaudet foi à Europa para saber mais sobre a educação dos surdos. Ao voltar aos Estados Unidos, fundou, em 1817, a primeira escola americana permanente para surdos, denominada American Asylum for the Deaf (SACKS, 1998) Mais tarde a Língua Americana de Sinais – ASL ganha forças e, em, 1864 é fundada a primeira instituição de ensino superior, especificamente, para os surdos, chamada de Colégio Gallaudet, atualmente,

chama-se Universidade Gallaudet. (GOLDFELD, 2002) e está localizada em Washington.

Em 1880, foi realizado o Congresso Internacional de Educadores de Surdos, em Milão, Itália, onde triunfou a filosofia educacional do Oralismo. Esse evento é conhecido, mundialmente, até hoje como Congresso de Milão. É importante salientar que todos os professores surdos foram proibidos de votar e, nesta ocasião, o método oral foi votado o mais adequado a ser adotado pelas escolas de surdos e, além disso, a língua de sinais foi proibida, oficialmente, alegando-se que ela destruía a capacidade da fala dos surdos (SKLIAR, 2011).

No Congresso de Milão, também, argumentaram que os surdos são “preguiçosos” para falar, preferindo usar a língua de sinais. Segundo Coelho (2007), as decisões do Congresso de Milão significaram o momento mais obscuro da História dos Surdos.

A educação dos surdos foi seguindo e se conformando com a orientação oralista decidida neste congresso. Com esta aprovação, os professores surdos foram destituídos de seu papel de educadores. Portanto a Língua de Sinais foi considerada totalmente prejudicial para o aprendizado da língua oral (GOLDFELD, 2002).

O oralismo consolidou suas bases científicas, no século XIX, fortemente influenciado pelo poder da medicina. Tendo em vista esta influência, vários autores passaram a denominar este período de medicalização da surdez (FERNANDES, 2011), tendo como objetivo corrigir as “anormalidades”, dar a “cura” e evitar a manifestação das diferenças.

Pode-se verificar esta prática do oralismo com o avanço na medicina, tornando a patologia do ouvido mais importante do que o sujeito surdo. Como, por exemplo, as invenções da eletroacústica, aparelhos auditivos e implantes cocleares, bem como médicos trabalhando nos espaços escolares.

A entrada dos médicos no contexto escolar transformou as bases da educação dos surdos. Métodos que até o momento haviam sido elaborados por educadores (a grande maioria abades), passavam agora a incorporar o discurso e as práticas médicas, tendo como meta a diminuição ou a erradicação da surdez (NASCIMENTO, 2002, p.25).

A proibição do uso da língua de sinais na educação de surdos, por mais de cem anos, trouxe, como consequências, baixo rendimento escolar e a impossibilidade do surdo prosseguir seus estudos em nível médio e superior. De acordo com Pereira (2011):

As expectativas de normalização do surdo, por meio de treinamento de audição e fala, transformou o espaço escolar em terapêutico, descaracterizando a escola como espaço de ensino, troca e amplificação de conhecimento. O ensino da fala tirava da escola para surdos um tempo precioso que deveria ser gasto com conhecimento de mundo e conteúdos escolares, entre outros (PEREIRA, 2011, p.23).

A filosofia do oralismo prevaleceu, quase um século, mas, apesar da proibição da língua de sinais na educação, ela continuava a ser usada por adultos Surdos e pelos estudantes das escolas especiais e nas associações de surdos.

Durante o século XIX, várias associações de surdos foram criadas. A primeira nasceu, na França, em 1838, a sua criação e o fato da tradição dos Banquetes Surdos⁶ ter se espelhado, por todo mundo, fez com que, como afirma Coelho (2010), a comunidade surda se expandisse.

De acordo com Perlin (1998), o movimento surdo tem se caracterizado como local de gestação da política de identidade surda contra a coesão ouvinte, por meio de lutas que objetivam, entre outras coisas, questionar a natureza ideológica das experiências surdas e descobrir interconexões entre essa comunidade cultural e o contexto social geral, devolvendo aos surdos as decisões sobre sua linguagem.

No Brasil a história não foi diferente, várias narrativas históricas exploram que a sinalização era vista como um código secreto, pelo fato de ser proibido. A Língua de Sinais era vista como algo exótico, obscuro e, extremamente, agressivo, já que o surdo expunha demais o corpo ao sinalizar.

⁶ Segundo Campos (2005), a partir do momento em que um grupo que se define por alguns traços culturais comuns e passa a ser gerido por um poder político que fala em seu nome emerge a comunidade. Dessa forma, era necessário criar um universo simbólico coerente, surgindo, assim, os Banquetes Surdos.

Os registros sobre surdos, no Brasil, começaram, a partir de 1855, com a chegada do surdo Francês Ernest Huet ao país. Huet contava com o apoio do imperador Dom Pedro II para criar a primeira escola para surdos Brasileiros (SILVA, 2011). Importante ressaltar que, um ano antes, o imperador apoiou a fundação do Instituto dos Meninos Cegos, conhecido hoje como Instituto Benjamin Constant⁷ para cegos.

Até hoje não se conhece o porquê do imperador apoiar Huet, mas Rocha (1997) levanta duas hipóteses: a primeira seria que a Princesa Isabel teria uma criança surda e a segunda estaria relacionada com a visita do Imperador à escola de surdos fundada por Gallaudet. Em razão dessa visita, em 26 de setembro de 1857, fundou-se, no Rio de Janeiro, o Instituto de Surdos-Mudos, hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. O INES tem sido o centro de referência e de formação dos indivíduos surdos de todo país.

Nos registros dessa história, encontram-se registros sobre a esposa de Huet, que seria responsável pelos cuidados das meninas do instituto, uma vez que, inicialmente, eram atendidos alunos e alunas surdas. Porém, em 1868, as surdas não foram mais aceitas, sob o argumento de que haveria promiscuidade se a instituição trabalhasse com ambos os sexos. Para Klein (1999), esse discurso seguia uma lógica na qual “as meninas surdas não educadas não se constituíam em problema para sua família e sociedade, diferentemente, dos meninos surdos”. As mulheres surdas só voltaram a frequentar o INES a partir de 1932.

Em 1911, prevaleceu, no Brasil, a metodologia adotada em muitos países, a filosofia educacional do Oralismo. Assim, a realidade brasileira não é muito diferente da de outros países. A diferença é que alguns países iniciaram algumas discussões, anteriormente, ao Brasil, mas a discussão linguística e cultural sobre a surdez, no Brasil, é contemporânea de muitos outros países.

Em 1920, dois médicos assumiram a direção do INES, ambos tinham como desafio exterminar a “contaminação mímica”, ou seja, a concepção oralista consolidou suas bases científicas, no século XIX, influenciada pelo

⁷ A instituição, com o nome de Imperial Instituto dos Meninos Cegos, foi criada pelo Imperador D. Pedro II (1840-1889) por meio do Decreto Imperial nº 1.428, de 12 de setembro de 1854. Foi inaugurado, solenemente, no dia 17 de setembro do mesmo ano, na presença do Imperador, da Imperatriz e de todo o Ministério.

poder da medicina. Na educação de surdos, isso se deu pela prática de fazer com que eles falassem como se fossem ouvintes e impedir que se expressem por meio de sinais, conforme afirma Skliar (1997):

Medicalizar a surdez significa orientar toda a atenção à cura do problema auditivo, à correção de defeitos da fala, ao treinamento de certas habilidades menores, como a leitura labial e a articulação, mais que a interiorização de instrumentos culturais significativas, como a língua de sinais (SKLIAR, 1997, p.111).

Com essa concepção de “medicalizar a surdez”, o centro do processo metodológico é o ouvido defeituoso e não o sujeito surdo.

Os estudos linguísticos das línguas de sinais iniciaram-se nos Estados Unidos com Dr. Willian Stokoe (1920 – 2000).

Stokoe, em 1960, apresentou uma análise descritiva da língua de sinais americana – em nível fonológico e morfológico, revolucionando a linguística na época, pois, até então, todos os estudos linguísticos concentravam-se nas análises de línguas faladas. Sendo assim, Stokoe foi amplamente reconhecido, nacional e internacionalmente, como criador do estudo linguístico das línguas de sinais de surdos. Aos poucos, os próprios surdos começaram a participar como pesquisadores das línguas de sinais.

O movimento de criação de escolas especiais, classes especiais para surdos, bem como salas mistas de surdos e ouvintes com a presença do intérprete de Libras, tornou-se realidade, em todo o Brasil, na década de 1990. Essa mudança inicial foi amparada⁸ pelas novas visões sociais, antropológicas, linguísticas e pedagógicas com relação à surdez e aos surdos.

No final do século XX, no Brasil, iniciavam-se discussões sobre a educação Bilíngue para surdos. Pesquisadoras como Lucinda Ferreira Brito e Eulália Fernandes, começaram a pesquisar sobre Língua Brasileira de Sinais e sobre a Educação de Surdos. Desde então aconteceram melhorias na educação de surdos, no país, em função das lutas da comunidade surda em favor dos seus direitos.

⁸ Mudança fortalecida, no século XXI, pelo surgimento de uma legislação específica em relação aos surdos, sua língua e educação.

A educação bilíngue para o surdo despontou no cenário educacional como uma abordagem que visa não somente modificar a escolarização para surdos que era norteadada pelo visível fracasso escolar, mas também para ir de encontro às práticas pedagógicas assumidas em abordagens educacionais anteriores que permearam (e de certa forma ainda permeiam) a educação de surdos (oralismo e comunicação total) (LIMA, 2004, p.37).

O Bilinguismo assume que a criança surda deve desenvolver, primeiramente, a língua de sinais como sendo sua primeira língua e, posteriormente, aprender a língua oral, na forma escrita, como segunda língua (LODI, 2005). A educação bilíngue para surdos propõe que os alunos surdos comuniquem-se na sua língua nativa, ou seja, a língua de sinais e na língua oficial de seu país. Nas palavras de Skliar:

[...] o modelo bilíngue propõe, então, dar às crianças surdas as mesmas possibilidades psicolinguísticas que tem a ouvinte. Será só desta maneira que a criança surda poderá atualizar suas capacidades linguístico-comunicativas, desenvolver sua identidade cultural e aprender (SKLIAR, 1997a, p.143-4).

Fernandes (2011) afirma que “os últimos 100 anos de educação de surdos, no Brasil, foram mais do que suficientes para aprendermos como não educar surdos e, também, como não formar educadores de surdos”. Diante disso, atualmente, as pesquisas e as discussões com relação à surdez, aos surdos, à sua língua, educação e cultura têm crescido consideravelmente.

Contudo, ainda, é preciso afirmar que Libras é uma Língua? De acordo com Gesser (2009), é preciso afirmar, sim, que Libras é uma língua. Para pessoas que têm contato com surdos, essa afirmação se torna repetitiva, pelo fato de já estarem inseridas nesse meio e estarem acostumadas com a língua. Em contrapartida, pessoas que não têm contato com surdos, ainda surpreendem-se com esta afirmação. Sendo assim, é preciso salientar sempre que Libras é uma língua.

Na década de 1960, foi conferido à língua de sinais o status linguístico, e, ainda hoje, mais de quarenta anos passados, continuamos a afirmar e reafirmar essa legitimidade (GESSER, 2009, p.9).

A língua de sinais não é universal, cada país possui a sua língua de sinais, tais como: Língua Francesa de Sinais, Língua Americana de Sinais e assim por diante. No Brasil, a Língua Brasileira de Sinais é denominada de Libras, no entanto recebeu influência da Língua Francesa de Sinais, em razão da vinda de E. Huet ao Brasil, por ser ele professor surdo francês, formado no Instituto de Surdos de Paris e pelo retorno dos alunos a suas localidades.

Conforme Rocha (1997), a Libras foi estabelecida em assembleia por membros da Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo – FENEIS, em outubro de 1993, reconhecida pela Federação Mundial de Surdos - WDF, pelo Ministério da Educação - MEC e por educadores e cientistas do campo.

A FENEIS é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos, com finalidade sociocultural, assistencial e educacional, que tem por objetivo a defesa e a luta dos direitos da Comunidade Surda, no Brasil e é filiada à Federação Mundial dos Surdos.

As metas principais da FENEIS seriam promover e ampliar a educação e a cultura do indivíduo surdo, amparar socialmente este indivíduo, congregar e coordenar atividades junto às filiadas, associações, escolas e instituições da área da surdez, lutar pela melhoria de recursos educacionais e pela inclusão social dos surdos, organizar e participar de eventos na área da surdez.

Foi fundada, em 1987, com o nome de FENEIDA - Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos, pois era constituída somente por ouvintes, posteriormente, com a entrada de surdos na diretoria da entidade, seu estatuto foi reestruturado e passou a ser chamada de FENEIS.

Em um contexto de reconhecimento da língua de sinais como primeira língua dos surdos, várias mobilizações como passeatas, atos públicos em parlamentos e nas ruas foram acontecendo e a FENEIS, com sede no Rio de Janeiro, inicia um processo de descentralização, vindo a instalar, no ano de

1996, um escritório regional, no estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre (THOMA e KLEIN, 2010).

Para a FENEIS, a língua de sinais é um direito do surdo à língua materna, responsável pelo seu desenvolvimento cultural social e acadêmico/educacional.

As dúvidas, receios e dificuldades de assumir essa postura prejudicaram em muito, o surdo, além da questão do tempo perdido em discussões entre famílias e profissionais envolvidos com este indivíduo. A Língua de Sinais é a chave para ampliar a inserção do surdo no âmbito social (AZEREDO, 2006, p. 7).

A Libras é reconhecida e oficializada pelo Senado Federal, no dia 24 de abril de 2002, pela Lei N° 10.436, sancionada pelo Presidente da República, na época, o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Em 2005, na época, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sanciona o Decreto N° 5.626, no dia 22 de Dezembro (regulamentado pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002) Diz este Decreto que a Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória, nos cursos de formação de professores, para o exercício do magistério, em nível médio e superior e, nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

São considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação, para o exercício do magistério: todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento; o curso Normal de nível médio e superior; o curso de Pedagogia e o de Educação Especial. Para os demais cursos de educação superior e na educação profissional a Libras deve ser oferecida como disciplina curricular optativa.

A partir da publicação do Decreto referido, as instituições já mencionadas devem seguir os prazos e percentuais mínimos de: até três anos, em vinte por cento dos cursos da instituição; até cinco anos, em sessenta por cento dos cursos da instituição; até sete anos, em oitenta por cento dos cursos da instituição; e dez anos, em cem por cento dos cursos da instituição, ou seja,

a partir do ano de 2015, a Libras foi inserida como disciplina curricular obrigatória.

Este decreto de Nº 5.626 deveria assegurar a educação Bilíngue aos surdos, no Brasil, garantindo o acesso à comunicação, informação e educação às pessoas surdas, desde o ensino infantil até o ensino médio, além de proporcionar, para as escolas, tradutores e intérpretes de Libras⁹, sala de recursos em turno oposto do horário regular e de aula e tecnologias como recursos didáticos.

Percebe-se que muitos fatos aconteceram em pouco tempo, entretanto, ainda hoje, continuam acontecendo situações conflitantes, em função das opiniões dos ouvintes quanto aos surdos.

Como um sistema linguístico autônomo, as regras de organização gramatical de Libras diferem, completamente, das regras da língua portuguesa ou de outras línguas orais.

Os princípios básicos de organização de um sinal, segundo Karnopp e Quadros (2004), são: 1- Configuração de Mão (CM) é a forma que a mão assume na representação de um sinal; 2- Locação da Mão (L) é a posição da mão no espaço de sinalização; 3- Movimento da mão (M); 4- Orientação da Mão (OM) é o direcionamento da mão no espaço; e 5- Expressões não manuais, que são as faciais e as corporais, sendo estas de fundamental importância para o entendimento real do sinal. Algumas bibliografias substituem a Locação da Mão (L) pelo Ponto de Articulação (PA) (Figura 15).

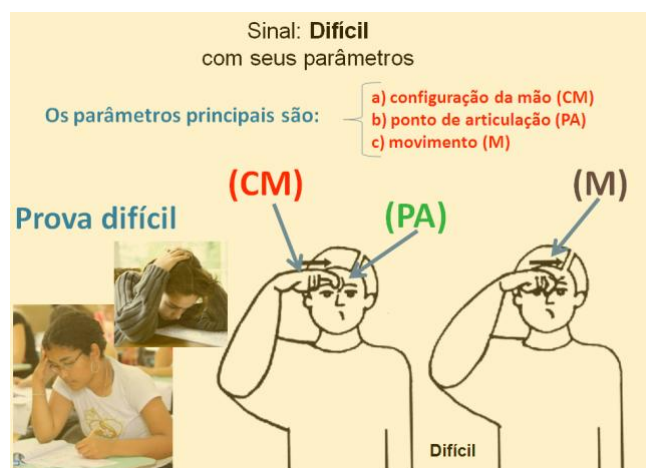


Figura 15 – Imagem ilustrativa quanto aos Parâmetros que constituem os sinais.
Fonte: www.cristianelibras.blogspot.com

⁹ O Intérprete de Libras tem a sua profissão oficializada pela Lei Nº 12.319 de 03 de setembro de 2010.

É importante ressaltar que os parâmetros podem ser realizados com apenas uma mão ou com as duas mãos.

Os surdos fazem uso extensivo de marcadores não manuais, tais como as expressões faciais, as quais são elementos gramaticais que compõem a estrutura da língua.

No Brasil, o alfabeto manual é composto de 27 formatos (contando o grafema ç que é a CM da letra c com movimento trêmulo).

Cada formato da mão corresponde a uma letra do alfabeto do português brasileiro (Figura 16). O alfabeto manual não é língua de sinais, mas se constitui em um recurso comunicativo, principalmente, nas traduções entre línguas ou no ensino da língua escrita.

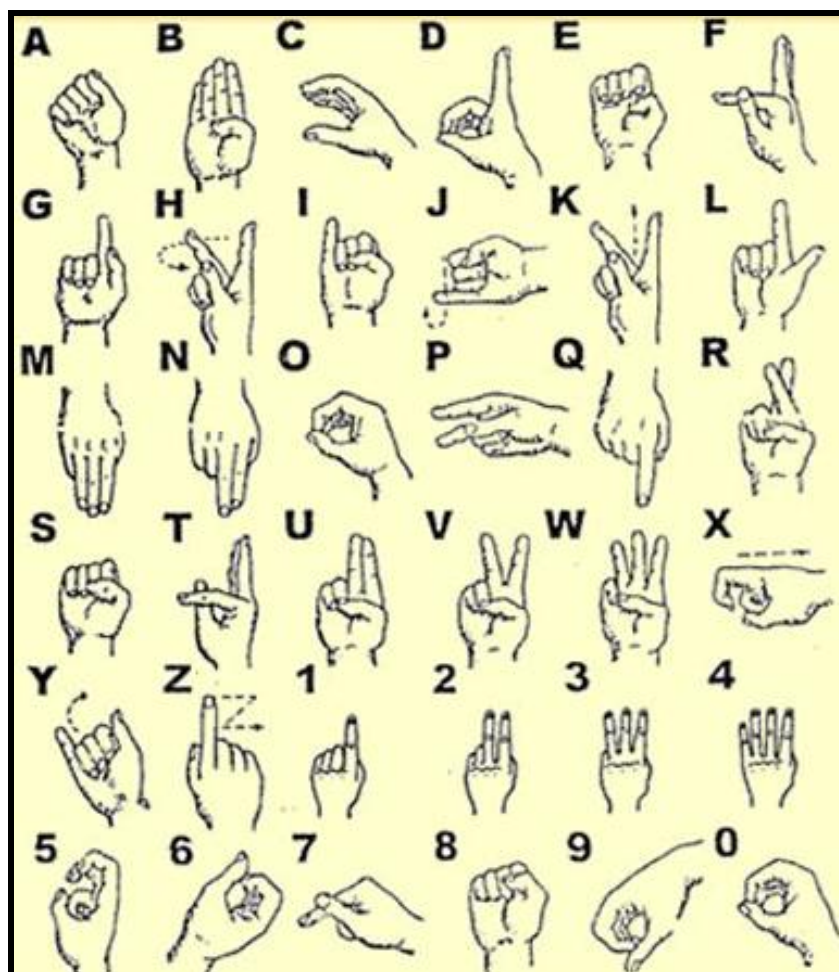


Figura 16 – Imagem ilustrativa do Alfabeto Manual.

Fonte: FENEIS

A Língua de Sinais nunca vai deixar de existir, pois, onde houver dois surdos compartilhando o mesmo ambiente, haverá sinalização.

No campo da psicologia, os estudos do psicólogo russo Lev Semionovich Vygotsky foram fundamentais para a inserção do surdo na comunidade. O autor destaca a importância de convivência sem “homogeneidades”, para provocar trocas e mediações psicossociais indispensáveis ao desenvolvimento, contrapondo-se às ideias de isolamento em instituições que, no seu tempo, atendiam de forma segregada a pessoas com deficiência.

Vygotsky se dedicou à neuropsicologia, o interesse pela psicologia acadêmica começou a se delinear, a partir de seu contato com o trabalho de formação de professores, com os problemas de crianças com defeitos congênitos (nomenclatura usada nesta época), tais como cegueira, surdez, retardo mental severo, dentre outros. Sua experiência, nessa área, levou-o para Moscou onde fundou o Instituto de Estudo das Deficiências.

Para Vygotsky (1989), citado no texto de Tânia Maria Zancanaro Pieczkowski (2007 p.98), uma criança cujo desenvolvimento está complicado por uma deficiência, não é simplesmente menos desenvolvida que uma criança normal de sua idade, mas é uma criança que se desenvolve de outro modo.

Para o autor, diante da lesão de um órgão ou de deficiência de uma função, o aparato psíquico assume a tarefa de compensar o “defeito”, termo utilizado por Vygotsky que representa hoje o que chamamos de “necessidades especiais”.

Conforme já exposto, anteriormente, muitas conquistas ocorreram na Educação de Surdos, como, por exemplo, a oficialização da Libras por meio da Lei 10.436 e sua regulamentação pelo Decreto 5.626 de 2005. Nos textos legislativos citados, permanece a necessidade da classificação tendo como referência o ouvir, resultando em diferenciações entre o que seja surdo ou deficiente auditivo (THOMA e KLEIN, 2010).

No Decreto 5.626 de 2005, encontram-se, no Art.2º, as seguintes definições para os sujeitos surdos e para os deficientes auditivos:

Considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. (BRASIL, 2005, p.1)

Enquanto acontecia a Educação de Surdos, fundada na filosofia educacional oralista, os médicos adotavam o critério clínico-patológico para o surdo e lhe atribuíam uma identidade, dependendo daquilo que era respondido com a audição.

Segundo Silva (2011), as especificações eram:

Surdez Leve: capacidade de ouvir a voz humana, a pessoa tende a aumentar a voz progressivamente; Surdez Moderada: não é possível ouvir as palavras com clareza; Surdez Severa: surdez que só permite perceber os sons muito graves; Surdez Profunda: a pessoa não retém som algum, não ouve nada (SILVA, 2011, cap.3 p.139).

No decorrer da história, quando a sociedade, em sua maioria, mudou a forma de olhar para a surdez e novas taxonomias se imprimiram na educação de surdos, a classificação passou a ser pelo critério linguístico e o “rótulo de identidade” era feito mediante o conhecimento que o surdo apresentava a respeito da língua de Sinais.

Um preconceito que existe hoje em alguns ouvintes é chamar o surdo de *mudinho* ou *surdo-mudo*. Quem denomina um surdo desta maneira confunde a língua de sinais com mímica.

Os termos surdo-mudo e mudinho, além de pejorativos, não estão em sintonia com o que já é, socialmente, aceito, a condição de não ouvir. Conceitualmente, falar não significa vocalizar, emitir sons, mas expressar a sua língua.

Então dizer surdo-mudo é duplamente incorreto. Primeiro, porque existem muitos Surdos que têm o domínio da língua oral e que se comunicam, também, com sons da voz. Depois, porque, quando o Surdo está sinalizando, está pronunciando-se na sua língua, ou seja, está falando.

Os movimentos sociais de pressão, orquestrados pelas comunidades surdas no Brasil e no mundo, levantaram bandeiras em torno da necessidade do reconhecimento da situação linguística diferenciada, que os aproxima de outros grupos étnicos minoritários e os distancia das pessoas com deficiências (FERNANDES, 2011). Esse fator é determinante para entender o porquê dos Surdos afirmarem, hoje, que a surdez não é uma deficiência, mas uma diferença.

2.5 A Legislação que aborda o processo de Inclusão no Brasil.

Em defesa do direito à educação inclusiva, descrevo sobre a legislação e, também, sobre os documentos que embasam a Política da Educação Inclusiva no Brasil.

A constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, estabelece “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Define, ainda, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente, na rede regular de ensino (art. 208).

A Lei nº 7.853/89 de 1989 dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras¹⁰ de deficiência e sua integração social. Define como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado. A pena para o infrator pode variar de um a quatro anos de prisão, mais multa.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, na sua Lei nº 8.069/90 e no artigo 55 reforça os dispositivos legais supracitados ao

¹⁰ Termo usado na época da lei

determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, em seu artigo 59, recomenda que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos, para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido, para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar.

Em 1999, sai o Decreto nº 3.298 que regulamenta a Lei nº 7.853/89 a qual dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, em 2001 (Resolução CNE/CEB nº 2/2001), determinam que os sistemas de ensino devam matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais (art. 2º), o que contempla, portanto, o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização. Porém, ao admitir a possibilidade de substituir o ensino regular, acaba por não potencializar a educação inclusiva prevista no seu artigo 2º.

Também, em 2001, no Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001 destaca o grande avanço que a década da educação deveria produzir a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana.

Em 2002, a Resolução CNE/CP nº1/2002 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A Lei nº 10.436/02 já descrita anteriormente, neste trabalho, reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão,

determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia.

Em 2003 a Portaria nº 2.678/02 aprova diretriz e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille¹¹ em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.

O Ministério Público Federal divulga, em 2004, a Cartilha: O acesso de alunos com deficiência às Escolas e Classes Comuns da rede regular, com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão.

O Decreto nº 5.296/04 regula as leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Em 2005 o Decreto nº 5.626/05 – conforme descrito anteriormente nesta pesquisa - regulamenta a Lei nº 10.436/02, visando à inclusão dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

Lançou-se, em 2006, pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, pelo Ministério da Educação, pelo Ministério da Justiça e pela UNESCO, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Dentre as suas ações, objetiva fomentar, no currículo da educação básica, as temáticas relativas às pessoas com deficiência e desenvolver ações afirmativas que possibilitem inclusão, acesso e permanência na educação superior.

Em 2007 o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE apresenta como eixos a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos multifuncionais e a formação docente para o atendimento educacional especializado. Também, em 2007, sai o Decreto nº 6.094/07 que estabelece, dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às

¹¹ Sistema de leitura com o tato para cegos, inventado pelo francês Louis Braille no ano de 1827 em Paris.

necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008, traz as diretrizes que fundamentam uma política pública voltada à inclusão escolar, consolidando o movimento histórico brasileiro.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em 2009, aprovada pela ONU, em seu Artigo 24, estabelece que os Estados devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino. Determina que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e que tenham acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem.

O Decreto nº 6.571, também, em 2008, dá diretrizes, para o estabelecimento do atendimento educacional especializado, no sistema regular de ensino nas escolas públicas e privadas.

Em 2009, a Resolução nº 4 CNE/CEB institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado - AEE na Educação Básica, que deve ser oferecido no turno inverso da escolarização, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular. O AEE pode ser realizado, também, em centros de atendimento educacional especializado públicos e em instituições de caráter comunitário, confessional ou filantrópico sem fins lucrativos conveniados com a Secretaria de Educação (art.5º).

O Plano Nacional de Educação – PNE, em 2011, aborda o Projeto de lei que, ainda, está em tramitação. A Meta 4 pretende “Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino”. Dentre as estratégias, está garantir repasses duplos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) a estudantes incluídos; implantar mais salas de recursos multifuncionais; fomentar a formação de professores de AEE; ampliar a oferta do AEE; manter e aprofundar o programa nacional de acessibilidade nas escolas públicas;

promover a articulação entre o ensino regular e o AEE; acompanhar e monitorar o acesso à escola de quem recebe o benefício de prestação continuada.

Em 2012 a Lei nº 12.764 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Em 6 de Julho de 2015 institui-se a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei Nº 13.146.

Como se pode observar, é notório o avanço das políticas públicas sobre a educação inclusiva no Brasil. De acordo com o documento Consolidação da Inclusão Escolar no Brasil, entre os anos de 2003 a 2016, foram disponibilizadas 98.500 vagas no programa de formação continuada de professores em educação especial. No período de 2005 a 2014, foram contempladas 42 mil escolas públicas de ensino regular com registro de matrículas de estudantes público-alvo da educação especial, em classes comuns, alcançando 93% dos municípios brasileiros. No período de 2008 a 2016, foram contempladas 57.500 escolas públicas brasileiras, totalizando transferência no valor de R\$ 522.857.208,20 (Quinhentos e vinte e dois milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e vinte centavos), para recursos financeiros, em sala de recursos. No período de 2011 a 2015, 1.437 municípios foram contemplados com 2.307 veículos acessíveis. No período de 2007 a 2015, foram criados 30 cursos de Letras/Libras/Língua Portuguesa, disponibilizando, anualmente, 2.250 vagas para formação de professores, tradutores e intérpretes da Libras. Até 2015, 63 IFES receberam investimentos de R\$ 53.696.000,00 (Cinquenta e três milhões, seiscentos e noventa e seis reais) garantindo condições de acesso e participação às pessoas com deficiência.

Assim, tem início a construção de uma nova política de educação especial que enfrenta o desafio de se constituir, de fato, como uma modalidade transversal desde a educação infantil à educação superior.

Hoje a educação especial encontra-se ameaçada, pois, de acordo com o Decreto de 22 de Junho de 2016, foram cortadas todas as verbas para os Direitos Humanos; funcionários, quase todos assistentes, técnicos e coordenadores da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização,

Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação foram exonerados. Atitudes estas que estão sendo impostas por pessoas que não são especialistas em educação e, simplesmente, querem impor suas ideias. Contudo estudiosos, especialistas na área da educação, professores, lutam para que o país não retroceda na Educação.

3 Metodologia utilizada na pesquisa.

Conforme exposto anteriormente, muitas conquistas ocorreram na Educação de Surdos, entretanto, ainda, há muito que se fazer. Mediante o referencial teórico apresentado, a relação da Educação de Jovens e Adultos com os trabalhadores surdos das indústrias, descreve-se a metodologia utilizada nesta pesquisa.

Como objetivo geral, buscou-se realizar uma investigação sobre a escolarização dos Trabalhadores Surdos das indústrias classificadas de grande porte, na cidade de Pelotas, bem como os motivos que levaram estes trabalhadores surdos de estarem ou não incluídos nas oportunidades de escolarização do SESI.

A metodologia para atingir os objetivos específicos desta pesquisa, examinaram-se documentos das instituições SESI, SENAI, CNI e da Escola SESI. Buscou-se conhecer a história do EJA no âmbito das indústrias brasileiras. Mapearam-se as indústrias filiadas a FIERGS. Identificou-se o número de trabalhadores surdos das indústrias de Pelotas. Realizaram-se entrevistas semiestruturadas com os trabalhadores surdos. Analisaram-se os dados obtidos nas entrevistas e, por fim, criou-se um produto que oriente os pesquisadores a compreender o processo de entrevistas com trabalhadores surdos.

A pesquisa delineou-se como um estudo de caráter quantitativo e qualitativo. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

Quanto à pesquisa quantitativa Fonseca (2002) esclarece:

[...] os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc (2002, p.20).

Com o propósito de reconhecer de forma histórica e legal o ambiente de pesquisa, optou-se pela pesquisa documental.

A pesquisa documental é utilizada, para pesquisas na área das ciências sociais, pois se utilizam de dados já existentes, neste caso, documentos diversos. Segundo Guba e Lincon (1981 apud LÜDKE e ANDRÉ, 1986), este tipo de análise apresenta vantagens, entre elas, o “fato dos documentos constituírem uma fonte estável e rica” [...] “uma fonte ‘natural’ de informação [...] surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto” (p.39), bem como seu baixo custo financeiro.

Na etapa quantitativa, examinaram-se documentos das instituições como o Sesi, o Senai, a Cni a fim de compreender o contexto da dissertação desta pesquisa de mestrado. Esta análise foi feita por meio do site das indústrias: <http://www.portaldaindustria.com.br/>, pelo site da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul - FIERGS: <http://www.fiergs.org.br/>, pela Revista Sesi Senai Educação e pela Revista Indústria Brasileira com distribuição trimestral e com foco temático, centrado em documentos produzidos pela Cni.

Para conhecer a história da Educação de Jovens e Adultos, no âmbito das indústrias brasileiras, complementou-se a pesquisa com os documentos, já analisados, anteriormente, o PPP da Escola de Ensino Médio Sesi Eraldo Giacobbe.

Para mapear as indústrias filiadas da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, na cidade de Pelotas, foi realizado contato com o Gerente de Operações do Sesi, o qual disponibilizou os dados de todas as indústrias existentes em Pelotas.

Com o intuito de identificar o número de trabalhadores com necessidades especiais - no caso desta pesquisa, a surdez - que trabalha nas indústrias de Pelotas, foi estabelecido contato telefônico com o setor de Relações Humanas de cada indústria listada no mapeamento. Este contato, também, forneceu dados para diferenciar o grau de escolaridade dos trabalhadores surdos das indústrias de Pelotas.

Conforme descrito anteriormente, esta pesquisa valeu-se de duas etapas: quantitativa e qualitativa.

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, dentre outros. Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam, principalmente, explicar o porquê dos acontecimentos.

Esteban (2010), a partir de uma compilação de conceitos, define a pesquisa qualitativa como:

uma atividade sistemática orientada à compreensão em profundidade dos fenômenos educativos e sociais, à transformação de práticas e cenários socioeducativos, à tomada de decisões e também ao descobrimento e desenvolvimento de um corpo organizado de conhecimentos (ESTEBAN, 2007, p.127).

Na pesquisa qualitativa existem ferramentas ou técnicas para coletar dados, um questionário, a observação e a entrevista são exemplos destas ferramentas. O presente trabalho utilizou-se de entrevistas semiestruturadas.

Autores como Minayo (2001) e Manzini (1990/1991) têm tentado definir e caracterizar o que vem a ser uma entrevista semiestruturada. De acordo com Minayo (p.64, 2001), entrevista semiestruturada é aquela que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para Manzini (1990/1991, p. 154), a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Dessa forma, Manzini (2003) salienta que é possível um planejamento da coleta de informações por meio da elaboração de um roteiro com perguntas que atinjam os objetivos pretendidos. O roteiro serviria, então, além de coletar as informações básicas, como um meio para o pesquisador se organizar para o processo de interação com o informante.

Na etapa qualitativa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os trabalhadores surdos das indústrias de Pelotas. Por meio da elaboração de um roteiro, estas entrevistas têm por intuito averiguar o porquê os trabalhadores surdos não estão matriculados na Escola de Ensino Médio SESI Eraldo Giacobbe.

As entrevistas com os trabalhadores surdos foram realizadas em Libras com auxílio do tradutor/intérprete de Libras. É importante esclarecer que, diferentemente de outras pesquisas que envolvem somente usuários de línguas orais, esta pesquisa tem que lidar com o desafio de traduzir uma língua espaço-visual. Ao refletir acerca da transcrição da Língua de Sinais, Brito (1995) afirma que:

analisar e transcrever uma língua de sinais é uma tarefa difícil, pois o modo de expressão – movimentos de mão executados no espaço próximo ao corpo, complementados por expressões faciais e atitudes – é a priori menos sequencial que a fala (Brito, 1995).

Depois de realizadas as entrevistas e o levantamento de informações com a análise documental, os dados obtidos foram analisados, conforme descrito no próximo capítulo.

O método desta pesquisa é exploratória - descritiva. Segundo Cervo e Silva (2006) a pesquisa exploratória estabelece critérios, métodos e técnicas

para a elaboração de uma pesquisa e visa oferecer informações sobre o objeto desta e orientar a formulação de hipóteses.

Na pesquisa descritiva realiza-se o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador.

O processo descritivo visa à identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo. Esse tipo de pesquisa pode ser entendida como um estudo de caso onde, após a coleta de dados, é realizada uma análise das relações entre as variáveis para uma posterior determinação do efeitos resultantes em uma empresa, sistema de produção ou produto (PEROVANO, 2014)

O Mestrado Profissional da UFPel destaca a produção técnica/tecnológica, na área de Ensino, entendida como produtos e processos educacionais que possam ser utilizados por professores e outros profissionais envolvidos com o ensino em espaços formais e não formais. Segundo o documento de área 2013 – triênio 2010-2012 da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, os produtos educacionais podem ser: Mídias educacionais; Protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais; Propostas de ensino; Material textual; Materiais interativos e Atividades de Extensão.

Como produto educacional, foi elaborado um guia para produção de materiais de divulgação da Escola SESI para o trabalhador surdo das indústrias de Pelotas.

4 Resultados

Neste capítulo, descrevem-se os resultados obtidos desta pesquisa: as indústrias de Pelotas que participaram da pesquisa; as entrevistas com os trabalhadores surdos das indústrias de Grande Porte; os motivos que levaram os trabalhadores surdos a pararem de estudar; as lembranças das disciplinas do currículo, da escola e dos conteúdos de Ciências e/ou Biologia que os trabalhadores surdos relataram; o conhecimento dos trabalhadores surdos perante a escola própria da indústria e os desejos de concluírem o Ensino Médio.

4.1 As indústrias de Pelotas que participaram da pesquisa.

Posteriormente ao mapeamento das indústrias filiadas da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, na cidade de Pelotas e, após analisar os documentos do SESI, do SENAI, da CNI e da Escola de Ensino Médio SESI Eraldo Giacobbe, assim como as classificações das indústrias, de acordo com o Banco Nacional do Desenvolvimento e significado da indústria de transformação e da indústria extrativa, esta pesquisa de Mestrado visa quantificar somente os trabalhadores surdos que estão nas indústrias classificadas como de Grande Porte. Este recorte justifica-se pelo fato das indústrias de Grande Porte terem um número alto de trabalhadores, em seu quadro funcional, pois, de acordo com o Art.93 da Lei Nº 8.213 de 24 de Julho de 1991, o qual dispõe sobre as cotas para Deficientes, os Planos de Benefícios da Previdência e dá outras providências, a empresa com 100 ou

mais funcionários está obrigada a preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com necessidades especiais, na seguinte proporção: I - até 200 empregados: 2%; II - de 201 a 500: 3%; III - de 501 a 1.000: 4%; IV - de 1.001 em diante: 5%.

Portanto, a partir da classificação demonstrada no gráfico das áreas de atuação em empresas de Grande Porte, na cidade de Pelotas, mais especificamente na Figura 8, que pode ser visualizada na página 29 deste trabalho, realiza-se uma nova classificação conforme os serviços prestados de cada indústria (Figura 17).

Serviços Prestados - Grande Porte - Pelotas

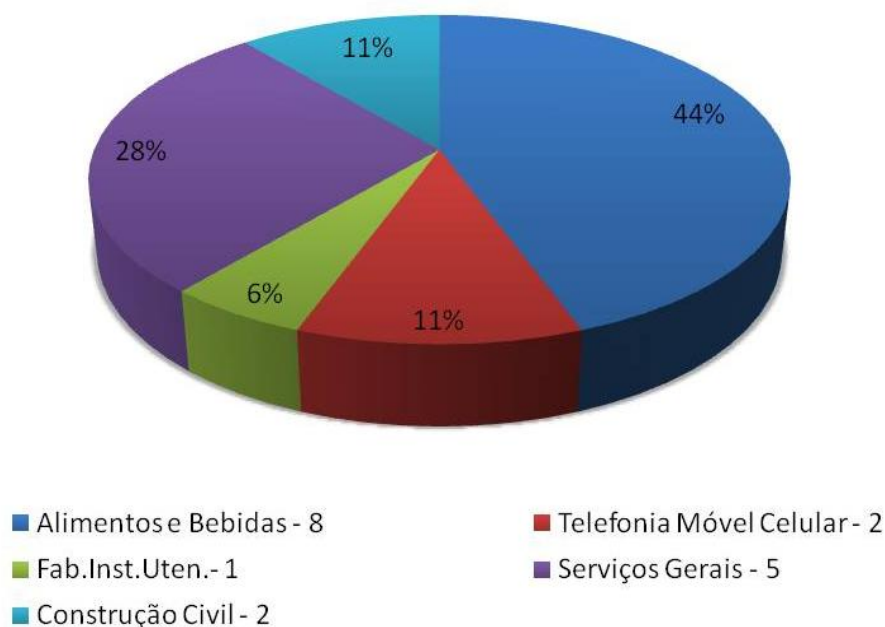


Figura 17: Gráfico das Divisões das Indústrias de Grande Porte de acordo com os serviços prestados.

Fonte: SIQUEIRA, R. M. 2015.

É prudente que, em pesquisas científicas, deva ser adotado um procedimento ético, segundo o qual a identidade dos sujeitos entrevistados não é revelada. O mesmo serve para nome de empresas e ou indústrias. Em razão disso, optou-se em criar nomenclaturas para cada divisão das indústrias de Grande Porte.

De acordo com a Figura 17, existem oito indústrias de Alimentos e Bebidas, portanto foram nomeadas como **AB1, AB2, AB3, AB4, AB5, AB6, AB7 e AB8**.

Há apenas a indústria de Fabricação de Instrumentos e Utensílios, para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório, segundo a Figura 17, portanto foi nomeada como **FIU1**.

Há duas indústrias classificadas como Construção Civil e como Telefonia Móvel Celular, conforme a Figura 17, portanto foram nomeadas, respectivamente, como **CC1**, **CC2**, **TMC1** e **TMC2**.

E, por fim, as indústrias de Serviços Gerais foram nomeadas como **SG1**, **SG2**, **SG3**, **SG4** e **SG5**.

Após o contato com os setores de Relações Humanas de cada indústria de Grande Porte, foi identificado o número de trabalhadores surdos nestas indústrias. Para a melhor visualização, construiu-se a tabela abaixo (Figura 18):

Indústria Grande Porte	Número de Surdos
AB1	0
AB2	1
AB3	-
AB4	0
AB5	0
AB6	0
AB7	0
AB8	5
FIU1	2
CC1	0
CC2	0
TCM1	-
TCM2	-
SG1	0
SG2	0
SG3	-
SG4	-
SG5	0

Figura 18: Tabela identificando o número de trabalhadores surdos nas indústrias de Grande Porte.

Fonte: SIQUEIRA, R. M. 2015.

Conforme a Figura 18, as indústrias **AB1**, **AB4**, **AB5**, **AB6**, **AB7**, **CC1**, **CC2**, **SG1**, **SG2** e **SG5** não constam no seu quadro de funcionários

trabalhadores surdos. As indústrias **AB3**, **TCM1**, **TCM2**, **SG3** e **SG4** não disponibilizaram a informação se teriam trabalhadores surdos.

Na indústria **AB2** consta somente um trabalhador surdo no seu quadro funcional, porém este trabalhador já possui o Ensino Médio e, de acordo com o contato estabelecido com o setor de relações públicas desta indústria, o trabalhador surdo já estaria cursando o Ensino Superior. Por isso, este trabalhador não participou desta pesquisa.

Segundo a Figura 18, a indústria **AB8** possui, no seu quadro de funcionários, cinco trabalhadores surdos. Um deles está no Ensino Superior, dois já concluíram o ensino médio e dois concluíram o Ensino Fundamental. O trabalhador que cursa o Ensino Superior e os trabalhadores que já concluíram o Ensino Médio não participaram desta pesquisa.

Na indústria **FIU1** constam, no seu quadro funcional, dois trabalhadores surdos; um já concluiu o ensino médio, por isso, não participou desta pesquisa e o outro tem o Ensino Fundamental completo, participando, assim, desta pesquisa.

Portanto as indústrias de Grande Porte **AB8** e **FIU1** foram as indústrias que participaram desta pesquisa, pois tinham sujeitos que poderiam se matricular na Escola de Ensino Médio Sesi Eraldo Giacobbe, totalizando três trabalhadores surdos que possuem o Ensino Fundamental completo.

A inclusão do surdo, no mercado de trabalho, faz parte de um movimento inclusivo por parte de diversos setores da sociedade que visa promover a inclusão dos deficientes, não somente na escola, mas em todos os âmbitos sociais, entre eles o mundo do trabalho. Percebe-se que, ainda, é lento esse processo, tanto em relação ao acesso quanto à ascensão e valorização profissional.

4.2 Entrevistas com os trabalhadores surdos das indústrias de Grande Porte.

Para averiguar o porquê dos trabalhadores surdos, talvez, não conhecerem o programa da Educação de Jovens e Adultos, oferecido pela Escola de Ensino Médio Sesi Eraldo Giacobbe, que contempla os

trabalhadores das indústrias e seus dependentes bem como seus programas de inclusão, foram realizadas entrevistas semiestruturadas.

Uma das características da entrevista semiestruturada é a utilização de um roteiro previamente elaborado, preferiu-se utilizar um roteiro com itens em vez de perguntas previamente elaboradas. Isso porque existia o intuito de fazer com que as perguntas fossem sendo elaboradas durante o curso das entrevistas. Em outras palavras, as perguntas sempre eram feitas, em função do ritmo das entrevistas, da forma como os sujeitos respondiam. Tal recurso facilitava a interação entre entrevistado e entrevistador, imprimindo nas entrevistas um tom de informalidade, para facilitar que os entrevistados se expressassem livremente.

O roteiro contém duas partes, a primeira, conforme a Figura 19, é composta por perguntas bem delimitadas e objetivas sobre os dados de identificação dos entrevistados.

Dados de Identificação
Nome:
Idade:
Sexo:
Escolaridade:
Indústria:

Figura 19: Tabela identificando a primeira parte do roteiro.
Fonte: SIQUEIRA, R. M. 2015.

Para análise da entrevista com os trabalhadores surdos, realizou-se a segunda parte do roteiro. Este roteiro foi composto por itens cujos objetivos eram investigar os motivos que levaram os trabalhadores surdos a pararem de estudar. As lembranças que os entrevistados tinham das disciplinas do currículo escolar e da escola em que interromperam seus estudos (Figura 20).

No roteiro da entrevista, também, foi investigado se os entrevistados lembravam-se de como era a disciplina de Ciências e/ou Biologia. E, por fim, se

os entrevistados tinham o conhecimento de que existe, no município de Pelotas/RS, uma escola própria para o trabalhador da indústria, a qual oferece ensino fundamental e médio gratuito, para trabalhadores e seus dependentes das indústrias de Pelotas, e se os entrevistados têm como objetivo algum dia voltar a estudar para concluírem seus estudos (Figura 20).

Itens Investigados
1. Motivo que o levou a parar de estudar.
2. Lembranças das disciplinas do currículo.
3. Lembranças da Escola em que parou de estudar.
4. Conteúdo de Ciências / Biologia.
5. Conhecer a Escola SESI de Ensino Médio Eraldo Giacobbe.
6. Concluir os estudos.

Figura 20: Tabela identificando a segunda parte do roteiro da entrevista.
Fonte: SIQUEIRA, R. M. 2015.

A ordem dos itens foi pensada de modo que a entrevista transcorresse como um bate-papo. Isso não quer dizer que essa ordem tenha sido seguida, sistematicamente, nas três entrevistas realizadas. Caso o entrevistado tocasse em algum ponto que seria discutido, posteriormente, modificava-se a ordem de discussão de cada item. É importante ressaltar, entretanto, que todos os entrevistados tinham que responder a todos esses itens. Além disso, todas as repostas foram sendo aprofundadas com o uso de perguntas, tais como: “Você poderia falar mais um pouco sobre isso”, “Por que” e “Como”.

Os itens investigados escolhidos foram os de maior relevância para atingir os objetivos desta pesquisa.

Outro fator importante na entrevista foi o acompanhamento do Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais - TILS. Por mais que a pesquisadora tenha o curso básico, intermediário e avançado, optou-se pela intérprete por ser um profissional capacitado. Junto com o profissional da TILS as entrevistas

foram transcritas. Os padrões de transcrição foram apoiados nos critérios de Lacerda (1996)¹² e serão detalhados na análise da entrevista.

Como já foi descrito anteriormente, adotou-se um procedimento ético, segundo o qual a identidade dos sujeitos entrevistados não é revelada. A fim de preservá-la há dois procedimentos comumente utilizados. O primeiro deles é a troca dos nomes verdadeiros dos entrevistados por nomes fictícios inventados pelo pesquisador. O segundo é a omissão de determinados trechos muito pessoais que podem fazer com que o leitor reconheça a identidade do entrevistado. São revelados, no entanto, alguns outros dados importantes como idade, sexo, dentre outros. Nesta pesquisa, apenas o primeiro procedimento foi necessário, pois não foi necessária a omissão de nenhum trecho dos relatos dos entrevistados, já que não havia em nenhum ponto ser possível a identificação dos sujeitos. Assim, para esta pesquisa, foi utilizada a nomenclatura **TS** (Trabalhador Surdo) para identificar os sujeitos participantes.

Em razão disso e da experiência da pesquisa em questão, analisaram - se pontos positivos e negativos. Como ponto positivo da pesquisa, ressalta-se a presença de um tradutor/intérprete de Libras, considerando, assim, o respeito da pesquisadora com a cultura surda. Um ponto negativo foi a não autorização pelos supervisores das indústrias, do uso da filmagem. Outro ponto negativo foi a presença do supervisor durante todo o período da entrevista, presença esta que se deve pelo fato da entrevista ter sido realizada no local de trabalho dos entrevistados. Depois de ter sido feita a análise dos resultados das entrevistas, concluiu-se em elaborar um produto educacional, em forma de guia, para orientar futuros pesquisadores em entrevistar trabalhadores surdos.

As entrevistas foram realizadas em um local previamente acordado com o setor de Relações Humanas de cada indústria e com os trabalhadores surdos. Todos os sujeitos consentiram a entrevista para fins de pesquisa. O local das entrevistas foi o próprio local de trabalho dos trabalhadores surdos, em uma sala reservada para reuniões.

¹² Para transcrição da entrevista com os trabalhadores surdos, foi utilizada a notação proposta por Lacerda (1996) adaptada, onde em CAIXA ALTA está a representação dos sinais da Libras utilizados, *em itálico* a representação da fala e (entre parênteses) comentários relativos à comportamentos que importavam para a comunicação. **I** é a intérprete, **TS** são os trabalhadores Surdos e **P** a pesquisadora.

A Figura 21 apresenta os dados da primeira parte do roteiro.

Nome	Idade	Sexo	Escolaridade	Indústria
TS1	40	M	Ensino Fundamental Completo	AB8
TS2	33	M	Ensino Fundamental Completo	AB8
TS3	24	M	Ensino Fundamental Completo	FIU1

Figura 21: Tabela com os dados da primeira parte do roteiro.
Fonte: SIQUEIRA, R. M. 2015.

Pode-se observar, na Figura 21, que o **TS1**, trabalhador surdo da indústria **AB8**, possui 40 anos de idade e tem o Ensino Fundamental completo. O **TS2** possui 33 anos e, também, trabalha na indústria **AB8** e tem o Ensino Fundamental completo. Por fim, o **TS3** tem 24 anos de idade, possui o Ensino Fundamental completo e trabalha na indústria **FIU1**.

4.2.1 Motivos que levaram os trabalhadores surdos a pararem de estudar.

P: *Por que você parou de estudar?*

I: POR QUE FIM ESTUDAR?

TS1: *Porque poucos surdos, matéria difícil, pouco intérprete, estudar todas noites muito cansado.*

P.: *Em que série você parou de estudar?*

I: VOCÊ FIM ESTUDAR QUAL SÉRIE?

TS1: *Eu primeiro estudar escola Alfredo Dub fim oitava série. Começar trabalhar depois estudar noite Pelotense. Não terminei Primeiro ano.*

P: *Por que você parou de estudar?*

I: POR QUE FIM ESTUDAR?

TS2: *Porque fim escola Aldredo Dud começar trabalhar muito difícil estudar e trabalhar. (O surdo fez uma expressão facial muito marcante, franzindo a testa dando ênfase no sinal “difícil”)*

P.: *Em que série você parou de estudar?*

I: VOCÊ FIM ESTUDAR QUAL SÉRIE?

TS2: *Oitava fim escola Alfredo Dub.*

P: *Por que você parou de estudar?*

I: POR QUE FIM ESTUDAR?

TS3: *Ensino Fundamental fim 2008, depois 2009 fim estudar porque começar trabalhar. Tentar voltar mas fim porque cuidar filho nasceu.*

P.: *Em que série você parou de estudar?*

I: VOCÊ FIM ESTUDAR QUAL SÉRIE?

TS3: *Fiz todo Ensino Fundamental na Escola de Gravataí.*

Nos trechos descritos, observou-se que o trabalhador **TS1** completou o Ensino Fundamental, na Escola Especial Professor Alfredo Dub e começou a cursar o primeiro ano do Ensino Médio no Colégio Municipal Pelotense. Segundo **TS1**, na época, não havia muitos surdos matriculados neste colégio e havia poucos intérpretes.

Quanto à presença de tradutor/intérprete de Libras no Colégio Pelotense, segundo Barcellos (2005), na região sul do Brasil, mais especificamente em Pelotas-RS, a figura do tradutor-intérprete de Libras apareceu primeiro em uma escola pública, no ano de 2000, quando a primeira turma de surdos estava sendo incluída na escola regular.

Desde então, o Colégio Municipal Pelotense recebe surdos, oriundos da educação fundamental, vindos principalmente da Escola Especial Professor Alfredo Dub.

Contudo observaram-se por meio de reportagens (Figuras 22 e 23), vinculadas nos jornais da cidade de Pelotas, que a luta para se obter tradutor/intérprete de Libras na sala de aula é constante.



Figura 22: Reportagem Diário Popular – Falta Intérprete no Pelotense.
Fonte: http://srv-net.diariopopular.com.br/30_03_07/p0801.html



Figura 23: Reportagem Diário Popular – Falta Intérprete no Pelotense.
Fonte: <http://www.diariopopular.com.br>

Em contrapartida, a preocupação em formar novos tradutores/intérpretes surge, a partir da participação ativa da comunidade surda na comunidade em que está inserida (QUADROS 2007) e cada vez mais os surdos estão conquistando espaços na educação, por isso, a capacitação de tradutores/intérpretes de Libras é necessária.

Entretanto pelo relato do **TS1**, *“Porque poucos surdos, matéria difícil, pouco intérprete, estudar todas noites muito cansado”* foram os motivos que o levaram a parar de estudar

O **TS2** relatou, na entrevista, que parou de estudar uma vez que sempre trabalhava muito e foi muito difícil coincidir o estudo com o trabalho. Ele concluiu o Ensino Fundamental na Escola Especial Professor Alfredo Dub.

Já o **TS3** concluiu o Ensino Fundamental na Escola Especial de Gravataí e parou de estudar, porque começou a trabalhar e, quando , tentou voltar a estudar, seu filho nasceu e ficou difícil terminar seus estudos, pois tinha que cuidar do filho.

4.2.2 Lembranças das disciplinas do currículo, da escola e dos conteúdos de Ciências e/ou Biologia.

P.: *Você lembra como era a sua escola Colégio Municipal Pelotense? Como eram as disciplinas do currículo?*

I: COMO LEMBRA ESCOLA PELOTENSE? QUAL DISCIPLINA LEMBRA?

TS1: *Não lembro disciplinas.*

P: *Você lembra algum conteúdo de Ciências/Biologia?*

I: LEMBRA ALGUMA COISA DISCIPLINA BIOLOGIA E CIÊNCIAS, ALGUMA COISA PROFESSOR ENSINOU?

TS1: *Biologia muito difícil entender.*

P.: *Você lembra como era a sua escola Alfredo Dub? Como eram as disciplinas do currículo?*

I: LEMBRA COMO ESCOLA ALFREDO DUB? QUAL DISCIPLINA LEMBRA?

TS2: *Ensino Alfredo Dub muito tempo atrás só oralizado, obrigava falar. Intervalo melhor porque todos surdos juntos sinalizando. Ensinar pouco simples.*

P: *Você se lembra de algum conteúdo de Ciências?*

I: LEMBRA ALGUMA COISA DISCIPLINA CIÊNCIAS, ALGUMA COISA PROFESSOR ENSINOU?

TS2: *difícil entender porque ciências palavras difícil muitos nomes. Nada desenho, nada figura, só falar.*

P.: *Você lembra como era a sua escola em Gravataí? Como eram as disciplinas do currículo?*

I: LEMBRA COMO ESCOLA GRAVATAÍ? QUAL DISCIPLINA LEMBRA?

TS3: *Não lembro o que era legal da escola. Disciplinas normais ensino fundamental.*

P: *Você lembra algum conteúdo de Ciências?*

I: LEMBRA ALGUMA COISA DISCIPLINA CIÊNCIAS, ALGUMA COISA PROFESSOR ENSINOU?

TS3: *Não lembro muito, ciências mais ou menos fácil.*

Os conteúdos teóricos de Ciências e Biologia trazem certa especificidade que é o uso de nomes científicos dos seres vivos, além de explorar conceitos que não são visíveis ao olho nu, necessitando, muitas vezes, do auxílio de um microscópio para facilitar a aprendizagem. Esta particularidade da disciplina torna o ensino de Ciências e Biologia mais difícil para os alunos, sejam eles ouvintes ou surdos.

Conforme descrito no capítulo 2.4, a história da educação dos surdos passou por mudanças profundas, com o início do uso da língua de sinais no processo de ensino, onde ocorreram grandes sucessos e fracassos.

Hoje a educação constitui direito de todos os cidadãos brasileiros, surdos ou não, e cabe aos sistemas de ensino viabilizar as condições de comunicação que garantam o acesso ao currículo e à informação.

Na diversidade da inclusão de estudantes surdos, que traz como peculiaridade a questão da Língua Brasileira de Sinais, remete-nos ao desenvolvimento do pensamento abstrato e na compreensão de conceitos científicos, caracterizando, assim, sujeitos que leem o mundo de forma visogestual. Os conteúdos teóricos de Ciências e Biologia trazem certa especificidade que é o uso de nomes científicos dos seres vivos.

Na entrevista, **TS1** relatou que, em Biologia, era muito complicado e difícil entender a matéria. **TS2** informou que o ensino, na época em que ele estudou, era oralizado e que ele era forçado a falar. As matérias para **TS2** eram abordadas de forma bem simples, ou seja, era ensinada pouca coisa de cada matéria. Também relatou que, na hora do recreio, era o momento mais prazeroso da escola, pois interagia com todos os alunos surdos. Quanto ao conteúdo de Ciências, o **TS2** disse que era difícil de entender, pois tinha muitos nomes próprios e assuntos que ele não conseguia visualizar, por isso, era muito difícil aprender.

Segundo Queiroz (2012), quanto à Educação em Ciências, existem poucas investigações que abordam o ensino de Ciências para os alunos surdos. Em razão disso, restam dúvidas se os alunos surdos, como também os ouvintes, compreendem os significados do que se pretende ensinar.

Feltrini (2009), também, alertou sobre a escassa utilização de recursos visuais do ensino de Ciências para alunos com surdez:

O aluno surdo requer especial atenção no uso de recursos visuais a serem aplicados no seu processo ensino-aprendizagem. Encontra-se um número significativo de materiais didáticos voltados para a aprendizagem do português a surdos, como, por exemplo, DVDs, CDs, literatura infantil, dicionários, softwares, jogos pedagógicos, etc. No entanto não há uma representatividade de recursos didáticos na área de ensino de Ciências. Em virtude desse cenário, existe um forte apelo da comunidade surda à produção de instrumentos didático-pedagógicos e tecnológicos apropriados para a construção de conceitos científicos adaptados à situação de não oralidade em sala de aula (FELTRINI, 2009, pág. 42).

O ensino de Ciências/Biologia deve proporcionar aos estudantes a inquietação diante do desconhecido, “buscando explicações lógicas e razoáveis, amparadas em elementos tangíveis” (BIZZO, 2002, p. 14), possibilitando que o estudante questione e torne-se um sujeito crítico. E, considerando que os conteúdos são voltados para sua denominação científica, o aprendizado dos estudantes surdos requer uma compreensão maior do subjetivo ao objeto.

Segundo Quadros (2006), o surdo percebe o mundo de forma diferenciada dos ouvintes, por uma experiência visual e faz uso de uma linguagem específica para isso, a língua de sinais. Esta língua é, antes de tudo, a imagem do pensamento dos surdos e faz parte da experiência vivida da comunidade surda.

Pode-se observar pelos relatos: “**TS1:** *Biologia muito difícil entender*”; “**TS2:** *difícil entender porque ciências palavras difícil muitos nomes. Nada desenho, nada figura, só falar*”; “**TS3:** *Não lembro muito, ciências mais ou menos fácil*”, que a disciplina de Ciências/Biologia foi difícil para os entrevistados **TS1** e **TS2**. Para o **TS3** era mais ou menos fácil pelo que ele se lembrava das aulas de Ciências.

Como em Ciências/Biologia existe a especificidade de se usar nomes científicos em latim, em Libras já não existe um sinal específico para cada nome científico tendo que ser identificado por datilologia.

Quando se pretende uma educação inclusiva em Biologia, voltada aos alunos surdos, faz-se necessário um repensar de práticas e estratégias de ensino que atendam às necessidades destes alunos. Práticas educativas que lhes permitam a expressão dos seus pensamentos acerca da Biologia.

No entanto, muitos estudos precisam ser realizados a fim de esclarecer a atuação docente no ensino de biologia inclusivo.

4.2.3 Escola para o trabalhador da indústria e concluir o Ensino Médio.

P.: *Você conhece a Escola de Ensino Médio SESI Eraldo Giacobbe?*

I: CONHECE ESCOLA SESI?

TS1: Não. (negou com a cabeça)

P: *Você sabia que ela é uma escola própria para os trabalhadores da indústria?*

I: SABIA SESI ESCOLA PRÓPRIA PARA QUEM TRABALHA NA INDÚSTRIA?

TS1: Não. (negou com a cabeça)

P: *E agora que você conhece a Escola Sesi, você pensa em voltar a estudar?*

I: AGORA VOCÊ CONHECE ESCOLA SESI, PENSA DE NOVO ESTUDAR?

TS1: Bom saber tem escola Sesi, mas agora não pensa em voltar a estudar.

P: *Por que?*

I: POR QUE?

TS1: Pouco tempo, trabalhar muito.

P.: *Você conhece a Escola de Ensino Médio Sesi Eraldo Giacobbe?*

I: CONHECE ESCOLA SESI?

TS2: Não. (negou com a cabeça)

P: *Você sabia que ela é uma escola própria para os trabalhadores da indústria?*

I: SABIA SESI ESCOLA PRÓPRIA PARA QUEM TRABALHA NA INDÚSTRIA?

TS2: Não. (negou com a cabeça)

P: *E agora que você conhece a Escola Sesi, você pensa em voltar a estudar?*

I: AGORA VOCÊ CONHECE ESCOLA SESI, PENSA DE NOVO ESTUDAR?

TS2: Legal escola Sesi trabalhador estudar. Gostei uma noite semana estudar.

Um dia voltar estudar quer fim ensino médio.

P.: *Você conhece a Escola de Ensino Médio Sesi Eraldo Giacobbe?*

I: CONHECE ESCOLA SESI?

TS3: Sim.

P: *Como você ficou sabendo da Escola Sesi?*

I: COMO VOCÊ SOUBE ESCOLA SESI?

TS3: Minha namorada viu facebook tua mensagem no grupo dos surdos onde falava matriculas abertas para começar estudar.

P: *Então você quer estudar na escola Sesi para concluir o ensino Médio?*

I: VOCÊ QUER ESTUDAR ESCOLA SESI PARA TERMINAR ENSINO MÉDIO?

TS3: Sim, vou me inscrever.

Neste item foi investigado se os trabalhadores surdos tinham o conhecimento de que existe uma escola própria para o trabalhador da indústria, a qual oferece ensino fundamental e médio gratuito para trabalhadores e seus dependentes das indústrias de Pelotas e, por fim, se os entrevistados têm como objetivo algum dia voltar a estudar para concluírem seus estudos.

Observou-se pelas entrevistas, realizadas na indústria **AB8** com os trabalhadores **TS1** e **TS2**, que eles não conheciam a Escola de Ensino Médio Sesi Eraldo Giacobbe.

Depois dessa informação, foi verificado com a equipe diretiva da Escola de Ensino Médio Sesi Eraldo Giacobbe se ocorreu divulgação da escola nas indústrias, no final do ano de 2015, como é de praxe acontecer todos os finais de ano. A direção informou que a divulgação foi realizada na indústria **AB8**, no intervalo de todos os turnos e se deu por meio de uma breve fala do representante da Escola e da distribuição do material explicativo (Folder).

De acordo com a Figura 24, pode-se observar que o Folder é explicativo, colorido, simples e objetivo. Contudo não especifica que a Escola de Ensino Médio Sesi Eraldo Giacobbe é uma escola inclusiva. Outro ponto que chama a atenção no folder é que a modelo está com fones de ouvido, portanto este seria mais um ponto negativo para os surdos demonstrarem interesse em participar da Escola Sesi.



Figura 24: Folder.
Fonte: FIERGS-SESI.

Pode-se concluir, também, que a informação da Escola não chegou aos trabalhadores surdos **TS1** e **TS2** pela falta de um profissional capacitado em Libras. Constata-se que o trabalhador surdo não está incluído na indústria, apenas está fazendo parte da Legislação das cotas (Art.93 - Nº 8.213).

Através das expressões faciais dos surdos, foi possível contatar que os surdos ficaram contentes em conhecer que a indústria possui uma escola e que ambos podem estudar de forma gratuita, uma vez por semana e com auxílio do Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais.

O terceiro sujeito desta pesquisa (**TS3**), conforme a Figura 19, tem 24 anos de idade, é trabalhador da indústria **FIU1** e completou o ensino fundamental na cidade de Gravataí, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Especial para Surdos. Conforme na entrevista, **TS3** matriculou-se na Escola de Ensino Médio Sesi Eraldo Giacobbe, em fevereiro de 2016, para cursar a 1ª Fase, relativa ao 1º ano do Ensino Médio.

4.3 Percursos do Aluno Surdo na Escola de Ensino Médio SESI Eraldo Giacobbe.

Conforme descrito na seção anterior, o **TS3** matriculou-se na Escola de Ensino Médio SESI Eraldo Giacobbe, em fevereiro de 2016, para cursar a 1ª Fase, relativa ao 1º ano do Ensino Médio no Ensino a Distância.

Em virtude dessa matrícula, a Escola SESI contratou um tradutor/intérprete de Língua de Sinais, para acompanhar o aluno surdo, em todas as atividades acadêmicas.

Para o aluno surdo, é fundamental a presença de um tradutor/intérprete de Libras para mediar a comunicação em sala de aula. No entanto, não é possível incluir o aluno surdo em uma sala de aula regular apenas com a presença do intérprete. Para que o processo de inclusão seja consolidado, deve-se criar um ambiente favorável, no qual o aluno surdo possa desenvolver suas potencialidades.

De acordo com a proposta pedagógica da Escola, na modalidade presencial, é oferecida a parte diversificada denominada de Seminários. Estes complementam a formação do educando, fortalecendo a sua qualificação para o Mundo do Trabalho. Viabiliza espaços para diálogos e reflexões vinculados à vida pessoal e profissional do educando e fomenta a qualificação do trabalhador da indústria para o aprimoramento da sua atuação profissional. O aluno surdo junto com a intérprete frequenta estes seminários, uma vez na semana, no horário das 18 h 35min às 22 h 35min.

Quanto ao ensino na educação a distância na Escola SESI, o processo de aprendizagem é mediado por tecnologias, como a do Ambiente Virtual Moodle. A educação, em rede, deve desenvolver-se por dimensões colaborativas, interativas para produzir aprendizagens significativas.

O processo de interação entre os sujeitos ocorre por meio do Ambiente Virtual MOODLE, no qual estão presentes ferramentas capazes de possibilitar um eficiente processo de tutoria à distância.

Os alunos matriculados, nos diversos componentes curriculares, dos níveis de ensino ofertados, trocam informações entre eles e os professores.

Nesta metodologia, os alunos, além dos seus materiais didáticos de estudos de cada componente curricular, acessam ao conteúdo, que está,

permanentemente, à disposição, no AVEA da Escola www.sesirs.org.br/moodle-sesi, desfrutando de ferramentas de comunicação que permitem a comunicação em tempo real.

Portanto, nos componentes curriculares, todos os alunos da Escola SESI estudam por meio do AVEA e dos Encontros com os Professores de cada disciplina previamente agendados para esclarecer possíveis dúvidas.

Quanto ao AVEA, o surdo constatou que os vídeos postados na plataforma Moodle não possuem legenda. Após este fato, a coordenação da Escola informou que, embora os vídeos sejam curtos e que não prejudicaria a aprendizagem do surdo, pois o conteúdo do vídeo está escrito nos conteúdos das disciplinas, foi iniciado um processo de modificação dos vídeos para a colocação da legenda.

O aluno surdo adaptou-se com a proposta da Escola SESI, obteve aprovação em quase todas as disciplinas. Avançou para a 2ª Fase do ensino médio com dependência em Química, Português e Geografia.

Em relação à inclusão do aluno surdo no contexto escolar, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, nº 9394/1996) estabelece que os sistemas de ensino devam assegurar, principalmente, professores especializados ou devidamente capacitados que possam atuar com qualquer pessoa especial na sala de aula. Neste sentido, entende-se que o aluno surdo tem o direito de frequentar uma sala de aula da rede regular de ensino bem como da Educação de Jovens e Adultos e de ser atendido, pedagogicamente, em suas necessidades.

Na Escola SESI, dos 10 professores, apenas 4 são capacitados para atuar com alunos surdos. Contudo já foi solicitado, para a direção da Escola, capacitações para que todos os professores se capacitem.

Segundo Spenassato (2009), para que o aluno surdo construa o seu conhecimento, em uma sala de aula inclusiva, ele deve ser estimulado a pensar e raciocinar, assim como os alunos ouvintes. Portanto o professor deve desenvolver estratégias pedagógicas que despertem o interesse do aluno surdo.

Por causa da matrícula na Escola de Ensino Médio SESI Eraldo Giacobbe do trabalhador da indústria de Pelotas, realizada em fevereiro de 2016, considera-se que a entrevista semiestruturada feita com este trabalhador

um êxito para esta pesquisa. Além disso, percebe-se um interesse pela equipe diretiva da Escola SESI bem como a equipe de professores, para que o surdo seja incluído na EJA e que possa concluir seus estudos, para atuar no mercado de trabalho.

A preocupação com o trabalho esteve sempre associada com a possibilidade de independência, de autonomia das pessoas surdas. Nas últimas décadas, principalmente, após o Ano Internacional dos Deficientes promovido pela ONU, no ano de 1981, a questão do trabalho foi inserida num discurso de conquista de cidadania (KLEIN, 1999).

Contudo, de acordo com a proposta pedagógica da Escola, o surdo terá sua formação fortalecendo a sua qualificação para o Mundo do Trabalho e fomentando sua qualificação para o aprimoramento da sua atuação profissional na indústria na qual trabalha.

5. Considerações Finais

Iniciou-se esta pesquisa com uma trajetória acadêmica da pesquisadora que trazia sua relação com a cultura surda.

Como objetivo geral desta pesquisa, pretendia-se investigar sobre a escolarização dos trabalhadores surdos das indústrias classificadas de grande porte, na cidade de Pelotas, bem como os motivos que levaram estes trabalhadores surdos de estarem ou não incluídos nas oportunidades de ensino do Serviço Social da Indústria - Sesi.

Para compreender o contexto da pesquisa, observaram-se conceitos que foram essenciais. Foram exploradas temáticas capazes de subsidiarem os anseios profissionais, fornecendo, assim, o aporte teórico necessário para os objetivos serem alcançados. Neste sentido foi referido, no aprofundamento teórico, temas como a história da Educação de Jovens e Adultos, no âmbito das indústrias brasileiras, a história do Sesi, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, da Confederação Nacional das Indústrias - CNI e da Escola de Ensino Médio Sesi Eraldo Giacobbe.

Abordou-se o histórico da Educação de Surdos no mundo e no Brasil, as denominações do surdo, ao longo da história e o processo de Inclusão no Brasil.

Para atingir o objetivo da pesquisa, foi necessário mapear as indústrias filiadas à Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul - FIERGS, identificar o número de trabalhadores surdos das indústrias de Pelotas, realizar entrevistas semiestruturadas com os trabalhadores surdos e, por fim, analisar os dados obtidos dessas entrevistas.

A partir das entrevistas semiestruturadas realizadas com os trabalhadores surdos, foi possível identificar os motivos que os levaram a parar de estudar, motivos estes que vão desde a falta de intérprete, nas escolas em que estavam inseridos, como a dura jornada de trabalho, que impossibilitava o estudo na escola regular de ensino.

Também foi possível observar nas entrevistas o desconhecimento dos trabalhadores surdos perante a Escola SESI, mesmo havendo a divulgação da escola nas indústrias. Esse desconhecimento deve-se à falta de comunicação em Libras, seja da divulgação da Escola SESI, como dos diretores das indústrias em não oferecer um Tradutor/Intérprete de Libras. Segundo o artigo 93 da Lei Nº 8213, as indústrias estão de acordo com a legislação das Cotas, em vigor há mais de 20 anos.

Observou-se, ainda, na fala dos sujeitos desta pesquisa, o desinteresse de um trabalhador surdo em dar continuidade aos estudos, pois, segundo ele, há falta de disponibilidade de horário livre para estudar. Apenas um trabalhador mostrou interesse em concluir seus estudos, reconhecendo, assim, a importância de dar continuidade nos estudos para aprimorar seus conhecimentos no mercado de trabalho.

Pode-se registrar nesta pesquisa o êxito da entrevista, uma vez que um trabalhador surdo matriculou-se na Escola que o mesmo desconhecia. Contudo percebe-se o quanto as oportunidades existem, mas não são apresentadas de forma motivadora e acessível para que os trabalhadores surdos possam usufruir dos seus direitos e se qualificarem plenamente.

Nesse sentido, é importante que recordemos a relevância do método de Paulo Freire no trabalho com a EJA. Freire enxergava a educação antes de tudo como prática de liberdade como um ato de amor. Pregava a leitura do mundo partindo do contexto social dos alunos. A educação, qualquer que seja ela, é sempre uma teoria do conhecimento posta e prática (Freire, 2003).

De acordo com a experiência adquirida nesta pesquisa de mestrado perante as entrevistas com os trabalhadores surdos e com os resultados obtidos, foi criado um produto educacional um guia para produção de materiais da divulgação da Escola SESI para os trabalhadores surdos das indústrias de Pelotas.

Contudo, quando se considera a importância da escolarização e qualificação profissional do trabalhador surdo, fazem-se necessárias mais pesquisas nesta área, que foquem o trabalhador surdo e a importância do respeito e da valorização da cultura surda.

REFERÊNCIAS

- AZEREDO, E. **Língua Brasileira de Sinais: uma conquista histórica**. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado, 2006.42p
- BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO**. Disponível em: <
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES>> Acesso em: 20 jan. 2015.
- BIZZO, Nelio. **Ciências: Fácil ou difícil?** 2ed. São Paulo: Ática, 2002. 144p.
- BRASIL, **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000. Brasília, DF, 2005.
- _____, **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF, 1999.
- _____, **Decreto nº 6094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília, DF, 2007.
- _____, **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.282p.
- _____, **Coleção de Leis do Império Brasil**. Brasília, DF, 1854. 295p.
- _____, **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, DF, 2002.
- _____, **Lei nº 12.319, de 03 de setembro de 2010**. Dispõe sobre a oficialização do intérprete de Libras. Brasília, DF, 2010.
- _____, **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Art. Nº 93. Brasília, DF, 1991.
- _____, **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília, DF, 1989.
- _____, **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.
- _____, **Decreto nº 9.403, de 25 de junho de 1946**. Atribui à Confederação Nacional da Indústria o encargo de criar, organizar e dirigir o Serviço Social da Indústria, e dá outras providências. Brasília. DF, 2005.
- _____, Conselho Estadual de Educação. Recredencia, por 5 anos, a Escola de Ensino Médio SESI Eraldo Giacobbe, em Pelotas, para a oferta do ensino fundamental – anos finais e do ensino médio, ambos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na forma de Educação a Distância, para alunos maiores de 18 anos. Aprova o Regimento Escolar Parcial. **Parecer CEED Nº 131/2015**. Rio Grande do Sul. RS. 2015

_____, Decreto 22.6.2016. Transfere dotações orçamentárias constantes do Orçamento Fiscal da União, do extinto Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos para a Presidência da República. Brasília. DF, 2016.

BRITO, **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. 273p.

CERVO, A.L; SILVA, R da. **Metodologia Científica**. Prentice Hall Brasil. Brasília. 2006

CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS. Disponível em: <<http://www.cnae.ibge.gov.br>> Acesso em: 15 mar. 2015.

DIARIO POPULAR. Disponível em <http://www.diariopopular.com.br/tudo/index.php?n_sistema=3056&id_noticia=ODU0MTQ=&id_area=OA> Acesso em: 06 jun. 2016.

DIARIO POPULAR. Disponível em <http://srvnet.diariopopular.com.br/30_03_07/p0801.html> Acesso em: 06 jun. 2016.

FELTRINI, G. M. **Aplicação de Modelos Qualitativos à Educação de Surdos**. Brasília, 2009. 221 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Ensino de Ciências) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

FERNANDES, S. **Educação de Surdos**. 2.ed.atual. Curitiba: Ibpx, 2011.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, Paulo. Cartas a Cristina: Reflexões sobre minha vida e minha práxis. FREIRE, Ana Maria Araújo (org). In: **11ª carta “Sesi: a pratica de pensar teoricamente a prática para praticar melhor”**. São Paulo: Unesp, 2003. p.115-146.

GUESSER, A. LIBRAS, **Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola, 2009.

GOLDFELD, M. **A criança Surda- Linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. São Paulo: Plexus, 2002.

KARNOPP, L.B.; QUADROS, R. M. DE. **Língua de Sinais Brasileira**. Estudos Linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KLEIN, Madalena. **A formação do surdo trabalhador: discursos sobre a surdez, a educação e o trabalho**. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

LACERDA, C. B. F. **Os processos dialógicos entre aluno surdo e educador ouvinte: examinando a construção de conhecimentos**. 1996, 159f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

LIMA, M. S. C. **Surdez, Bilingüismo e Inclusão: entre o dito, o pretendido e o feito**. 2004. 271f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

LODI, A.C.B. **Plurilinguismo e Surdez: uma leitura bakhtiniana da história da educação de Surdos**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, n.3, p.409-424 set/dez. 2005.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MANZINI, E.J. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada**. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina:eduel, 2003. p.11-25.

MOURA, M. C. **O surdo: caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

NASCIMENTO, L. C. R. **Fonoaudiologia e surdez: uma análise dos percursos discursivos da prática fonoaudiológica no Brasil**. 2002. 109f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

NOELI GMELLI REALLI (ORG.) CINEMA NA UNIVERSIDADE- **Tania Mara Zancaro Pieczkowski – síndrome de down: um olhar para além do “enigma biológico”** pág. 91-100 – Argos editora universitária – 2007.

PEREIRA, M. C. da C. (org.) **Libras – Conhecimento além dos sinais**. 1. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

PERLIN, G. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (org.) **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre. Mediação 1998.

PEROVANO, D. G. **Manual de Metodologia Científica para a segurança pública e defesa social**. Juruá editora. 2014

PORTAL DAS INDÚSTRIAS. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br>> Acesso em: 10 dez. 2014

QUADROS, Ronice Müller de. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

QUEIROZ, T. G. B. et al. **Estudo de planejamento e design de um módulo instrucional sobre o Sistema Respiratório: o ensino de ciências para surdos**. Ciência & Educação, v. 18, n. 4, p. 913-930, 2012.

ROCHA, Solange. INES Instituto Nacional de Educação de Surdos – **Revista Espaço**: Edição Comemorativa 140 anos. Belo Horizonte. Editora Littera. 1997.

SACKS, O. **Vendo vozes**: uma jornada pelo mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

SILVA, L. da. **Língua Brasileira de Sinais – libras**. Curitiba: Editora Fael, 2011.

SILVA, V. **Educação de surdos: uma releitura da 1ª escola pública para Surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880**. In Quadros, R. M. (org.) Estudos Surdos I- séries pesquisas. Petrópolis: Arara Azul, 2006. P.14-37.

SKLIAR, C. Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade. In SKLIAR, C. (org.) **A Surdez- um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2011.

_____, C. **Educação e Exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SOARES, M. A. L. **A educação do surdo no Brasil**. Campinas: Autores Associados Bragança Paulista, 1999. 187p.

SPENASSATO, D. **Inclusão de alunos surdos no ensino regular: investigação das propostas didático-metodológicas desenvolvidas por professores de matemática no ensino médio da EENAV**. Acessado em: 10 de agosto de 2015.

THOMA, A.S.; KLEIN, M. **Experiências Educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil**. Cadernos de Educação/Faculdade de Educação – Ano 19, .. 36. Ufpel, 2010. P.107-131.